



Centro Universitário de Brasília

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

Curso de Relações Internacionais

Isabella Mirindiba

TUDO ARCO-ÍRIS TEM SEU POTE DE OURO: A influência da sociedade civil global no processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI

Brasília

2017



Centro Universitário de Brasília

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS

Curso de Relações Internacionais

Isabella Mirindiba

TODO ARCO-ÍRIS TEM SEU POTE DE OURO: A influência da sociedade civil global no processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Raquel Boing Marinucci.

Brasília

2017

Isabella Mirindiba

TUDO ARCO-ÍRIS TEM SEU POTE DE OURO: A influência da sociedade civil global no processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Raquel Boing Marinucci.

Brasília, dd/mm/2017

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Raquel Boing Marinucci

---

Professor(a)

---

Professor(a)

“Some say that sexual orientation and gender identity are sensitive issues. I understand. Like many of my generation, I did not grow up talking about these issues. But I learned to speak out because lives are at stake, and because it is our duty under the United Nations Charter and the Universal Declaration of Human Rights to protect the rights of everyone, everywhere.”

**Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 7 de março de 2012.**

## RESUMO

Este trabalho monográfico visa compreender como a sociedade civil global influencia no processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI. Utiliza da abordagem foucaultiana para compreender a origem e formação dos discursos e; das redes transnacionais de *advocacy* e de suas estratégias para demonstrar a atuação conjunta da sociedade civil, dos Estados e das organizações internacionais. Além disso, aborda questões históricas referentes à sexualidade e ao surgimento do movimento LGBTQI. Conclui-se que o primeiro passo para se ter as demandas do movimento LGBTQI atendidas é obter visibilidade, a partir deste ponto, as relações entre os atores internacionais são estreitadas, novos discursos e definições são construídos com base no princípio da tolerância, as minorias são empoderadas e novas identidades emergem. Desta forma, a sociedade civil global garante sua sobrevivência no cenário internacional e consegue influenciar o processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI.

**Palavras-chave:** Sociedade civil. Movimentos sociais. LGBTQI. *Advocacy*. Redes transnacionais.

## ABSTRACT

This monographic work aims to understand how global civil society influences the process of awareness and legitimation of the LGBTQI movement. It uses the Foucaultian approach to understand the origin and formation of discourses and; the transnational networks of advocacy and their strategies to demonstrate the joint action of civil society, states and international organizations. In addition, it addresses historical issues regarding sexuality and the emergence of the LGBTQI movement. It is concluded that the first step to have the demands of the LGBTQI movement met is to gain visibility, from this point, the relations between international actors are narrowed, new discourses and definitions are built on the principle of tolerance, minorities are empowered and new identities emerge. In this way, global civil society ensures its survival in the international arena and can influence the process of awareness and legitimation of the LGBTQI movement.

**Keywords:** Civil society. Social movements. LGBTQI. Advocacy. Transnational networks.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABGLT:** Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos;

**ACNUDH:** Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos;

**CID 10:** Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionado à Saúde ou Classificação Internacional de Doenças;

**DSM:** Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders;

**FGV:** Fundação Getúlio Vargas;

**ILGA:** International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association.

**LGBT ou LGBT\*:** Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros;

**LGBTQI ou LGBT\*QI:** Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer* e intersex;

**OAB:** Ordem dos Advogados do Brasil;

**OING:** Organização Internacional Não-Governamental;

**ONG:** Organização Não-Governamental;

**ONU:** Organização das Nações Unidas;

**SP:** São Paulo;

**UNFPA:** United Nations Population Fund.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006, p. 114.

**Figura 2:** INDEPENDENT. **Aylan Kurdi's story:** How a small Syrian child came to be washed up on a beach in Turkey. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/aylan-kurdi-s-story-how-a-small-syrian-child-came-to-be-washed-up-on-a-beach-in-turkey-10484588.html> Acesso em: 24 ago 2017.

**Figura 3:** HUFFPOST. **4 coisas que você precisa saber sobre a Parada de Orgulho LGBT de São Paulo deste ano.** Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d\\_a\\_21684420/](http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d_a_21684420/). Acesso em: 01 set 2017.

**Figura 4:** HUFFPOST. **4 coisas que você precisa saber sobre a Parada de Orgulho LGBT de São Paulo deste ano.** Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d\\_a\\_21684420/](http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d_a_21684420/). Acesso em: 01 set 2017.

**Figura 5:** CENTRAL PABLLO VITTAR. **Photoshoots.** Disponível em: <http://centralpablovittar.com/>. Acesso em: 04 ago 2017.

**Figura 6:** ILGA. **Maps:** Sexual orientation laws. Disponível em <http://ilga.org/what-we-do/maps-sexual-orientation-laws/#maps>. Acesso em: 17 set 2017.

**Figura 7:** ILGA. **Maps:** Sexual orientation laws. Disponível em <http://ilga.org/what-we-do/maps-sexual-orientation-laws/#maps>. Acesso em: 17 set 2017.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 A ORIGEM DOS DISCURSOS E AS REDES TRANSNACIONAIS DE ADVOCACY</b>	<b>13</b>
1.1 Abordagem foucaultiana .....	13
1.2 Redes transnacionais de advocacy.....	17
1.2.1 Definição de redes transnacionais de advocacy e seus membros.....	18
1.2.2 O surgimento das redes transnacionais de advocacy .....	23
1.2.3 Estratégias de atuação e influência das redes transnacionais de advocacy .....	26
1.2.3.1 Políticas de informação .....	29
1.2.3.2 Políticas simbólicas .....	30
1.2.3.3 Políticas de alavancagem.....	35
1.2.3.4 Políticas de responsabilização.....	36
<b>2 O SURGIMENTO DOS LGBTQIS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>38</b>
2.1 Definições importantes.....	38
2.1 Histórico.....	44
2.2 O movimento LGBTQI.....	54
2.2.1. A revolta de Stonewall.....	54
2.2.2. Demandas do movimento LGBTQI.....	56
<b>3 A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA LGBTQI</b>	<b>61</b>
3.1 A construção de novos discursos e a interferência estatal na vida privada.....	61
3.2 A influência das redes transnacionais de advocacy na construção da agenda LGBTQI.....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>

<b>ANEXO A: ATORES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SEUS OBJETIVOS .....</b>	<b>79</b>
ACNUDH.....	79
The Ali Forney Center .....	81
ILGA.....	82
ONU Mulheres.....	83
UNESCO.....	85
UNFPA.....	86

## INTRODUÇÃO

Os direitos das Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer* e intersex (LGBTQI) é um tema cuja agenda tem ganhado notoriedade nas Relações Internacionais. Não só pelo lado jurídico no processo de legitimação de seus direitos, mas também pela sua abrangência em outras áreas. Na área da saúde são abordados assuntos relativos ao atendimento médico-hospitalar e mudança de sexo - quanto a esta, dúvidas são geradas sobre sexualidade e gênero; na sociedade civil, fomento do debate e pressão a instituições importantes; na área religiosa, há características culturais que, muitas vezes, sugerem comportamentos preconceituosos; na educação, podemos observar metodologias de ensino que pregam pensamentos tradicionais e que pouco influenciam no processo de aceitação e inclusão da comunidade LGBTQI. Por último, mas não menos importante, há assuntos relacionados a uma das Três Vertentes da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana: os Direitos Humanos, que trazem à tona a igualdade e o respeito ao lado intelectual, físico e espiritual de cada pessoa, seja qual for sua orientação sexual e identidade de gênero.

As diversas culturas existentes no mundo trazem à tona diferentes maneiras de lidar com a questão do gênero e da sexualidade. Muitos costumes tendem a impor normas, sejam elas voltadas para o costume ou para legislação estatal, que controlam ou tentam controlar os modos de expressão de sua população. Sendo assim, essa limitação de expressão só abre margem a comportamentos violentos e preconceituosos e pouco ajudam no processo de inclusão e aceitação da comunidade LGBTQI.

Portanto, esta monografia tem o intuito de compreender como a sociedade civil atua de maneira transnacional a fim de influenciar o processo de conscientização e legitimação dos direitos LGBTQI. Levando em conta este objetivo e a complexidade do tema, fez-se necessário definir alguns termos. Entretanto, não se pode deixar de notar que esta comunidade está em constante mudança e, devido a isso, torna-se cada vez mais difícil que a área acadêmica chegue a um consenso e defina o de difícil definição. Tanto acadêmicos quanto membros de movimentos sociais têm uma visão diferente dos termos abordados nesta monografia. Assim

sendo, as definições que forem julgadas mais relevantes serão expostas posteriormente, mais especificamente, no capítulo 2 do presente trabalho. Por fim, com base nessa exposição, as características dos membros dessa comunidade tão diversa serão explicadas.

Levando em consideração essa dificuldade de caracterização, a agenda LGBTQI ganha notoriedade e se torna imperativa a necessidade de proteção dessa comunidade. Os ativistas de Direitos Humanos que criaram os Princípios de Yogyakarta<sup>1</sup> enfatizam que o sucesso da promoção dos direitos humanos está diretamente relacionado a um esforço conjunto da sociedade civil, dos Estados e dos organismos internacionais.

Também afirmam que os Estados, as organizações internacionais, as instituições nacionais de direitos humanos, a mídia, as organizações não-governamentais, os financiadores e os próprios indivíduos têm responsabilidade no bom cumprimento da legislação internacional de proteção aos LGBTQIs. Além disso, há obrigações adicionais à medida que as legislações internacionais mudam.

A partir do exposto, esta monografia visa o entendimento de como a sociedade civil influencia no processo de conscientização e legitimação dos direitos LGBTQI. Para tal, serão utilizadas algumas abordagens e conceitos, são eles: abordagem foucaultiana e a visão voltada para o liberalismo de redes transnacionais de *advocacy*. Além disso, debaterá como a comunidade e o movimento LGBTQI surgiu e quais são suas demandas. Assim sendo, buscará compreender os meios de influência que a sociedade civil global utiliza para atingir seus objetivos de legitimação e conscientização dos direitos LGBTQI.

---

<sup>1</sup> **Princípios de Yogyakarta:** Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 08 abr 2017.

# 1 A ORIGEM DOS DISCURSOS E AS REDES TRANSNACIONAIS DE ADVOCACY

Levando em consideração a necessidade de se embasar teoricamente este trabalho monográfico, este capítulo será composto pela exposição das características e da aplicabilidade de conceitos e das teorias das Relações Internacionais ao tema. Também deve ser levado em consideração que apesar do conteúdo ser exposto de maneira separada, o bom entendimento da pesquisa só será possível por meio de uma interpretação em conjunto. Assim sendo, apesar de cada conceito e teoria portarem uma especificidade, a aplicabilidade de cada um não se dará por meio de uma perspectiva individual.

## 1.1 Abordagem foucaultiana

Nesta parte deste trabalho monográfico, será buscado compreender a questão da sexualidade, como surgiram os discursos acerca do tema LGBTQI e o que os envolve em questões público-privado. Para tal, serão trabalhados alguns conceitos das obras de Michel Foucault e, ao longo da exposição, serão feitas relações com o tema da pesquisa.

Em seu livro, “A arqueologia do saber”, Foucault propõe um método “para desvendar como homem constrói sua própria existência. Nesta lógica, os sujeitos e objetos não existem *a priori*, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles”<sup>2</sup>. Desta forma, Foucault denomina esse método de “arqueologia”.

Primeiramente, antes de ser adentrada a questão do discurso, faz-se necessário expor a definição de “enunciado”, pois este termo aparece com frequência neste tópico. Por “enunciado”, Foucault define como “uma função de existência, que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis, e as faz aparecer com

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 apud GIACOMONI, Marcello. VARGAS, Anderson. Foucault, a arqueologia do saber e a formação do discurso. **Análise do Discurso**, Juiz de Fora, pp. 119-129, 2011, p. 122.

conteúdos concretos, no espaço e no tempo”.<sup>3</sup> Assim sendo, os enunciados são formadores das unidades discursivas.

No tocante ao discurso, Foucault afirma que as definições existentes e o modo pelo qual são vistas são construções humanas baseadas em seus discursos e que estes são “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”.<sup>4</sup> Assim sendo, pode ser entendido que os discursos se formam pela repetição de enunciados e, tudo que se sabe, é uma construção de discursos.

Desta forma, o modo que um sujeito enxerga um objeto muda ao longo da história e as características atreladas a este sujeito fazem com que ele tenha uma visão diferente em relação a de outro sujeito, mesmo que ambos vivam em um mesmo período histórico. Mas também cabe ressaltar que mesmo a definição de sujeito pode mudar se partir de um discurso diferente.

O discurso também se constrói por meio das relações estabelecidas entre sujeitos, pois eles compartilham definições e ideias que geram mais definições e ideias e por fim, criam um ciclo de enunciados que dá origem a uma prática discursiva. Esta prática discursiva pode ser caracterizada por

“um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.<sup>5</sup>

Assim sendo, pode-se perceber que a formação do discurso tem como base a repetição de enunciados de diferentes épocas.<sup>6</sup> Desta maneira, pode ser feita uma ligação entre o pensamento de Foucault e a questão dos direitos LGBTQI ao longo da história. O modo que o discurso foi criado, por diferentes indivíduos, com características únicas e em períodos distintos da história altera o modo pelo qual a comunidade LGBTQI é vista, o que também altera o seu grau de aceitação no mundo.

Cada discurso é tido como verdadeiro

“para atender aos interesses de algum grupo, ou seja, os tipos de discursos são verdadeiros de acordo com o modo que cada sociedade acolhe esses discursos como verdadeiros. Sendo assim, vários

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 apud GIACOMONI, Marcello. VARGAS, Anderson. Foucault, a arqueologia do saber e a formação do discurso. **Análise do Discurso**, Juiz de Fora, pp. 119-129, 2011, p. 123.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 131.

<sup>5</sup> Ibid, p. 133.

<sup>6</sup> Ibid.

fatores são importantes para a legitimação desse discurso, como por exemplo, o contexto histórico e a cultura”.<sup>7</sup>

Desta forma, os indivíduos, quando querem que seus interesses sejam tidos como verdade, criam discursos e os proliferam. Logo, como esses discursos são meras repetições de enunciados, rapidamente são repetidos várias e várias vezes, fazendo com que a noção de verdade mude. Assim ocorre com a comunidade LGBTQI: os indivíduos – atrelados a um grupo de fatores e características como contexto histórico, idade, sexo, cultura – discursam sobre o tema e acabam criando verdades que afetam positiva ou negativamente a aceitação dessa comunidade. Portanto, faz-se necessário compreender que enunciados levaram à formação de certos discursos e como isso afeta a comunidade LGBTQI.

Um outro conceito abordado por Foucault é o do saber:

“Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. Há saberes independentes das ciências; mas não há saber sem uma prática discursiva definida [...]”.<sup>8</sup>

Ou seja, o saber está atrelado ao discurso. Os enunciados formam os discursos e eles dão origem ao saber, que pode vir a se tornar conhecimento científico ou não. Um exemplo disso é dizer que não significa nada que uma frase tenha uma gramática perfeita se ela não puder transmitir conhecimento, ao mesmo tempo, uma frase escrita incorretamente pode estar carregada de saber.

Foucault argumenta que, historicamente, o saber é regulado pelo poder, assim como a sexualidade na sociedade ocidental. Com o surgimento do capitalismo no início do século XVII, a sexualidade como objeto de repressão também surgiu. Era tido como verdade que o sexo poderia desviar os trabalhadores de seus afazeres, portanto, deveria ser usufruído só em momentos de reprodução. A partir deste

---

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1979. apud STABILE, Lucas (STABILE, Lua). **A proteção internacional dos direitos humanos de LGBTI's a partir da criminalização da homotransexualidade em Uganda**. 2016. 79f. Monografia (Bacharelado) – Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016, p. 14.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 204-205.

momento, o sexo passa a ser controlado por aqueles que detêm o poder gerando o problema da repressão.<sup>9</sup>

Por meio dos discursos, as verdades foram sendo construídas ao longo do tempo. Foi por meio da repetição de enunciados que foi instituído como verdade que a homossexualidade é doença<sup>10</sup>, mas com o passar do tempo, novos saberes foram surgindo e dando espaço a novas perspectivas.<sup>11</sup> É por meio desse tipo de pensamento que o Estado, detentor do poder, exerce a sua vontade e começa a regular o sexo. Assim sendo, Foucault demonstra que

“Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo e foram obrigados os homens a estendê-lo cada vez mais; mas, sobretudo, focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia.”<sup>12</sup>

Portanto, cabe aqui entender que, enquanto atores poderosos tiverem o controle do discurso sobre sexo, ele vai ser regulado. O Estado – individualmente ou aliado com a Igreja - é quem dita as regras e a Medicina é quem dita as doenças e as curas. Se ambos trabalham juntos em prol de um discurso contrário às relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, esse pensamento se torna verdadeiro e qualquer ação contrária da sociedade se torna motivo de censura e repúdio. Seguindo esta linha de pensamento, “o comportamento sexual dos casais se tornou uma conduta econômica e política deliberada”<sup>13</sup>, logo, inicia-se aqui uma disputa entre o público e o privado sobre discursos, saberes e liberdades.

Por fim, o modo que comunidade LGBTQI foi/é vista ao longo do tempo é reflexo do modo pelo qual os discursos foram construídos e a partir deles, como as verdades e regras sociais foram geradas. O debate público-privado é infinito, pois em cada contexto histórico podem ser encontradas maneiras diferentes de se enxergar e

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

<sup>10</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders I**. Disponível em: <http://www.turkpsikiyatri.org/arsiv/dsm-1952.pdf>. Acesso em: 17 set 2017.

<sup>11</sup> O primeiro DSM (1952) instituiu a homossexualidade como doença. Apesar de isso ter sido removido no DSM II (1973), a transexualidade ainda é tida como distúrbio mental na mais atual das versões do manual - DSM V (2014).

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. **op. cit**, p. 29.

<sup>13</sup> *Ibid*, p. 33.



interpretar as verdades. Assim sendo, este tópico buscou demonstrar como os discursos são socialmente construídos e como isso altera o modo de compreender as condutas sociais ao longo da história.

O próximo tópico visa demonstrar a influência das redes transnacionais de *advocacy* na construção de novos discursos. Além disso, abordará algumas estratégias de defesa de interesses que ajudam os membros da sociedade civil a terem mais efetividade em seus discursos.

## 1.2 Redes transnacionais de *advocacy*

O fim do século XX trouxe consigo um processo de troca de informações mais intenso. Levando em consideração este fator, as relações internacionais passaram a dar mais significância às interações de atores estatais e não-estatais. Estados, organizações internacionais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações Internacionais Não-Governamentais (OINGs), sociedade civil, empresas multi e transnacionais passaram a trabalhar juntos por meio de redes transnacionais com o intuito de atingir seus interesses.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que os interesses são embates políticos cuja solução não é a justiça e sim, o poder. Quando isto é mencionado aqui, não há o intuito de dizer que os atores políticos ou as políticas em si não prezam pela justiça, mas é buscado trazer à tona que a defesa por interesses é uma disputa por poder, pois, querendo ou não, é ele quem move o mundo.<sup>14</sup>

Assim sendo, as redes transnacionais de *advocacy* utilizam de seu poder para influenciar outros agentes de poder a exercerem poder e por fim chegar a seus objetivos, podendo ser um deles a justiça. Como pode ser percebido, há uma corrente de poder que ultrapassa dicotomias como a do bem e do mal, mas que não deve ser entendida como uma forma de ignorar a moralidade e sim, como “um recurso necessário para a realização de qualquer objetivo político”<sup>15</sup>. Desta forma, este trabalho monográfico busca demonstrar como as redes transnacionais de *advocacy*

---

<sup>14</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

<sup>15</sup> *Ibid*, p. 27.

são um agente influente na agenda internacional por meio do poder que exercem transnacionalmente.

### 1.2.1 Definição de redes transnacionais de *advocacy* e seus membros

Em primeiro lugar, para melhor entender este conceito é necessário buscar a definição de “rede”. Para Keck e Sikkink, redes são “formas de organização caracterizadas por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e intercâmbio”<sup>16</sup>. Essas redes são formadas por indivíduos de identidade semelhante e que possuem “valores, objetivos e projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”<sup>17</sup>. Desta forma, organizam-se por meio de movimentos sociais e se juntam, o que gera redes de redes, ou seja, um sistema de comunicação e atuação cada vez mais interligado.<sup>18</sup>

Essas redes podem ser compostas por vários atores, mais especificadamente, de sete grupos principais:

1. “ONGs domésticas e internacionais, organizações de pesquisa em *advocacy*;
2. Movimentos sociais locais;
3. Fundações;
4. Mídia;
5. Igrejas, sindicatos, organizações de consumidores, intelectuais;
6. Partes de organizações intergovernamentais regionais e internacionais; e
7. Partes de seções executivas e/ou parlamentares de governos”.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Tradução nossa de “forms of organization characterized by voluntary, reciprocal and horizontal patterns of communication and exchange”. KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf). p. 91. Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>17</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006, p. 113.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Tradução nossa de “1. International and domestic NGOs, research and advocacy organizations; 2. Local social movements; 3. Foundations; 4. The media; 5. Churches, trade unions, consumer organizations, intellectuals; 6. Parts of regional and international intergovernmental organizations; 7. Parts of the executive and/or parliamentary branches of governments”. KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **op. cit.** p. 91.

Apesar de possuir uma grande variedade de ativistas, nem todas as redes transnacionais de *advocacy* são compostas por todos esses tipos de membros, entretanto, é mais comum que essas redes se desenvolvam a partir de ONGs.

As ONGs exercem um papel muito importante, pois trazem à tona novas ideias e perspectivas sobre assuntos à margem do debate internacional. Atuam por meio de negociações formais e informais e pressionam instituições poderosas a aceitarem mudanças tanto em âmbito doméstico quanto internacional.

Apesar desses membros existirem há muito tempo, só a partir da década de 60 que esses grupos começaram a crescer em proporções significativas. Assim sendo, o grau de profissionalismo e especificação também aumentou fazendo com que essas redes ultrapassassem as barreiras nacionais, ou seja, as redes passaram a atuar de maneira transnacional.<sup>20</sup>

Esse tipo de redes é chamado de redes transnacionais de *advocacy*, pois “advogam” causas de outras pessoas e; criam e defendem proposições em prol de um bem maior. Elas são um conjunto político de pessoas e ideias organizadas com o intuito de trazer mudanças no modo de agir e pensar dos diferentes atores internacionais.<sup>21</sup>

Keck e Sikkink afirmam que

“As redes de *advocacy* são significativas a nível transnacional, regional e nacional. Elas podem ser os principais contribuintes para a convergência de normas sociais e culturais capazes de apoiar processos de integração regional e internacional. Ao construir novos elos entre atores nas sociedades civis, estados e organizações internacionais, multiplicam as oportunidades de diálogo e intercâmbio. Em questões como o meio ambiente e os direitos humanos, eles também disponibilizam recursos internacionais para novos atores nas lutas políticas e sociais em âmbito doméstico”.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>21</sup> Ibid.

<sup>22</sup> Tradução nossa de “Advocacy networks are significant transnationally, regionally, and domestically. They may be the key contributors to a convergence of social and cultural norms able to support processes of regional and international integration. By building new links among actors in civil societies, states and international organizations, they multiply the opportunities for dialogue and exchange. In issue areas such as the environment and human rights, they also make international resources available to new actors in domestic political and social struggles”. Ibid, p. 89.

É por isso que os movimentos sociais se tornaram mais complexos e integrados, pois, com o intuito de dar maior visibilidade a uma causa e agregar o maior número de ativistas possível, eles passaram a perceber a necessidade de se associar para melhor atingir seus objetivos. Desta forma, os movimentos sociais se juntam de duas formas: por meio de associativismo localizado e associativismo setorizado. O associativismo localizado é a junção de movimentos sociais de um mesmo local com o intuito de engrandecer o movimento e torná-lo mais visível. Quanto ao associativismo setorizado, trata-se da junção de movimentos sociais com interesses políticos iguais ou semelhantes com o intuito de empoderar sua causa.<sup>23</sup>

Esse tipo de ação causa mais impacto e traz maior legitimidade aos movimentos, pois eles ganham forma de debate em fóruns e dentro das próprias redes. A ação de se associar pode ser compreendida como uma forma de redes gerarem redes e tornarem o cenário internacional mais complexo devido à diversidade de maneiras de atuação.<sup>24</sup>

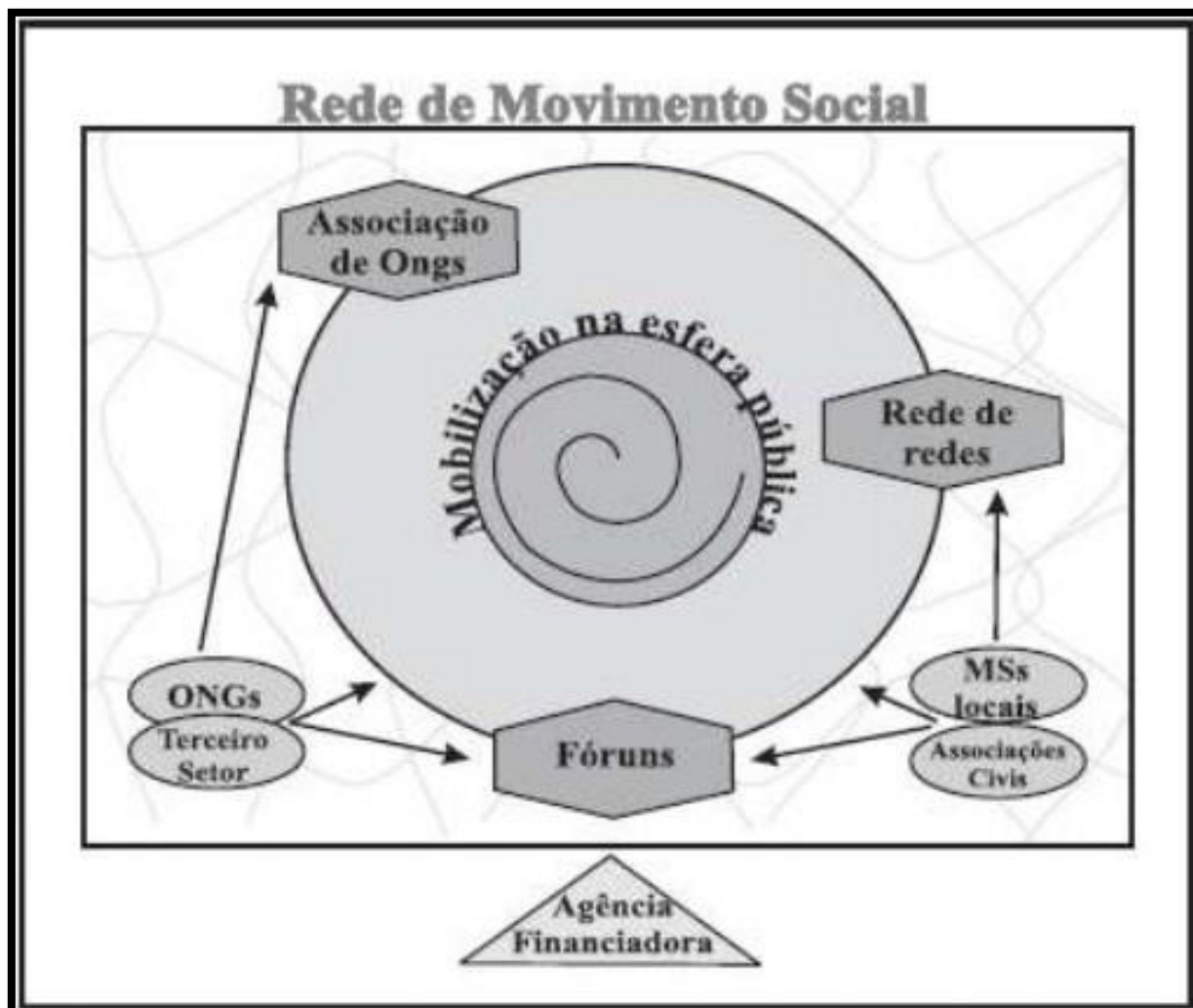
Como pode ser percebido na figura abaixo, as diversas partes da esfera pública se associam para conseguirem influenciar o cenário internacional com maior efetividade e garantir seus interesses. A formação de redes de redes e associação de ONGs consegue legitimar várias causas em fóruns e por fim, obter ajuda financeira de agências financiadoras. Para “fazer funcionar” a esfera pública, os ativistas utilizam de algumas estratégias que serão tratadas mais tarde neste mesmo capítulo.

**Figura 1:** Atuação dos movimentos sociais em rede.

---

<sup>23</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006.

<sup>24</sup> Ibid.



Fonte: SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006, p. 114.

Apesar do papel importante que as redes transnacionais de *advocacy* e seus integrantes exercem no cenário internacional, não se pode deixar de lado o grande desafio que enfrentam: a questão da autonomia. O que ocorre é que, muitas vezes, indivíduos que podem falar por si mesmos não são parte ativa do debate, pois seus representantes não estabelecem o diálogo representante-representado. Mais especificadamente, há três situações principais que se destacam por não dar a autonomia necessária aos indivíduos representados.

A primeira delas é a questão dos indivíduos que defendem seres que não conseguem falar por si mesmos, como por exemplo, animais, patrimônio cultural e o meio ambiente. Neste caso, deve ser observado que os representantes não defendem os interesses dos indivíduos a favor da preservação do meio ambiente ou

os interesses de pessoas contra a exploração animal; nesta questão, o interesse defendido é o do objeto e não o do sujeito. Um exemplo desse tipo de ação é a atuação da ONG *Greenpeace*. Ela não fala em prol das pessoas interessadas em proteger o meio ambiente e sim, da preservação em si.<sup>25</sup>

A segundo ponto é de representantes que defendem os interesses de pessoas que, apesar de poderem falar por si mesmas, não exercem um papel ativo na defesa de suas questões. Os problemas desse tipo de representação são a generalização de interesses, a incapacidade de saber com exatidão quais são os verdadeiros objetivos do grupo defendido e o fato dos representantes são serem de fato as pessoas mais indicadas para a posição. Ou seja, mesmo que os representantes tenham boa vontade e potencial de representação dos supostos “vulneráveis”, eles não são precisos em sua defesa, pois não cabe a eles generalizar e defender esses interesses como se fossem seus.<sup>26</sup>

Um exemplo disso são as mulheres ocidentais que defendem os direitos das mulheres orientais como se todas as mulheres primassem pelas mesmas coisas. A questão envolvida não é a defesa em si, mas o modo que essa defesa é feita e a falta de especificidades necessárias para a compreensão do que diz respeito ao interesse real. Por isso, é necessário compreender que

“o que esses *advocates* apresentam como sendo as demandas de seus representados virtuais não é, necessariamente, aquilo que eles produzem ou produziram como preferências caso tivessem acesso a espaços em que pudessem gerá-las de forma autônoma”.<sup>27</sup>

O terceiro ponto, mas não necessariamente o menos importante, diz respeito aos indivíduos que supostamente não podem se defender por conta própria e necessitam que alguém os defenda. Este ponto está diretamente relacionado a pessoas “incapazes” como crianças, pessoas com problemas mentais ou em estado senil. Esta questão deve ser observada com cuidado, pois é resultado da presunção de que essas pessoas não podem falar por si mesmas, mas que isso não necessariamente é verdade. Devido a esse pensamento equivocado, muitos indivíduos deixam de ser ouvidos por serem tomados por incapazes. Entretanto, não

---

<sup>25</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 54.

se pode deixar de notar que não há melhores pessoas a serem ouvidas do que os próprios envolvidos na questão.<sup>28</sup>

Um exemplo positivo da autonomia de pessoas com problemas mentais é o caso do movimento da neurodiversidade trazido à tona por Francisco Ortega em um de seus artigos. Ele afirma que o autismo deve ser encarado como uma diferença humana e que deve ser respeitado assim como qualquer outra característica. Desta forma, traz à tona alguns movimentos sociais e ações em prol da conscientização sobre o autismo que permitem que os autistas sejam os representantes ativos de sua própria causa.<sup>29</sup>

Como pode ser percebido, as redes transnacionais de *advocacy* não são um instrumento perfeito, mas mesmo assim, se utilizadas de forma a minimizar os desafios enfrentados podem ser consideradas uma forma efetiva de defesa de interesses ao dar voz a atores não-estatais e assim, exercer influência no cenário internacional.

### 1.2.2 O surgimento das redes transnacionais de *advocacy*

Cada vez mais se pode falar da influência das redes transnacionais, pois à medida que o tempo passa, as relações entre agentes estatais e não-estatais têm se estreitado. Apesar da facilidade de se utilizar meios de comunicação virtuais e poder espaçar e diminuir os encontros presenciais de movimentos sociais, atuar de maneira transnacional é algo custoso, pois envolve o acesso a meios de comunicação pagos como a *internet*, telefone e correios.<sup>30</sup>

Devido a isso, muitas pessoas ainda não se encontram devidamente representadas por causa da falta de acesso a esses meios. Dar a esses indivíduos essa garantia ajuda no processo de identificação e criação de interesses, desta forma,

---

<sup>28</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

<sup>29</sup> ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 477-509, out 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 set 2017.

<sup>30</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006.

os movimentos sociais teriam mais efetividade no cenário internacional por causa do fomento ao debate. Além da falta de acesso aos meios de comunicação básicos, as redes transnacionais surgem por conta de três fatores principais.<sup>31</sup>

O primeiro deles - mas não o mais importante - é quando a comunicação entre a sociedade civil e seu governo é interrompida ou tem a sua eficácia diminuída. Os indivíduos começam a sentir que suas vozes não estão sendo ouvidas em âmbito doméstico e apelam para o externo com o intuito de conseguir pressionar seu Estado a tomar providências.

O segundo fator está relacionado a “empreendedores políticos”, ou seja, quando essas pessoas têm um objetivo político em mente e sentem que precisam de mais apoio para atingi-lo. Esses “empreendedores políticos” começam a transmitir informações a outras pessoas semelhantes a eles no cenário internacional com o intuito de fortalecer seus pontos de vista e acelerar o processo de aceitação de suas ideias.

Por último, há o fator relacionado ao contato com o exterior. Ativistas organizam conferências e reuniões internacionais para dar notoriedade a uma causa. Quando ativistas de outros países fazem contato com essas pessoas, inicia-se uma rede. Pessoas que participam dessas conferências podem “comprar a ideia” dos organizadores e tomar para si aquela causa.<sup>32</sup>

Assim sendo, pode-se dizer que uma rede gera uma rede. À medida que as sociedades civis vão se interligando, vão abrindo margem ao nascimento de outras redes. Isso torna o cenário internacional mais diverso e complexo trazendo à tona um conjunto cada vez maior de ideias e ações. Segundo Keck e Sikkink<sup>33</sup>, as redes transnacionais de *advocacy* são muito importantes pois se tornam parte da identidade coletiva de um grupo de ativistas.

---

<sup>31</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

<sup>32</sup> KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>33</sup> Ibid.



Entretanto, faz-se necessário compreender que esse conjunto de ideias presentes no cenário internacional devido à presença dos membros das redes transnacionais de *advocacy* não caracteriza um “conflito de perspectivas” e sim, um conflito de interesses. Os grupos dominados não buscam somente ver as suas causas representadas, mas desejam também poder criar seus interesses de forma autônoma e representá-los por si mesmos. Este é o maior desafio das redes transnacionais de *advocacy*.<sup>34</sup>

Pode-se ter como exemplo a luta por direitos da comunidade LGBTQI: por mais importante que seja ver pessoas que não pertencem a essa comunidade lutar pelos direitos dela, mais importante e significativo é ver a própria comunidade LGBTQI ter seu espaço de expressão e poder lutar pelos seus direitos por meio de suas próprias vozes. Da mesma forma ocorre com homens representando os direitos das mulheres ou brancos representando os direitos dos negros. Como mencionado, é importante agregar o máximo de pessoas para lutar por uma determinada causa, mas é ainda mais significativo e impactante permitir que os grupos dominados tenham seu próprio espaço de comunicação.<sup>35</sup>

Entretanto, não se deve tomar por solucionado o problema de representação só porque há membros das minorias em espaços políticos, pois

“A presença dos integrantes de grupos dominados nos espaços de poder não elimina, nem reduz substantivamente, por si só, a desigualdade política – apenas torna o conjunto de tomadores de decisão mais similar ao corpo social. Ela pode, sim, gerar tensões e ampliar os custos da reprodução da dominação, mas sempre na contramão dos mecanismos de exclusão e cooptação que o campo põe em funcionamento.”<sup>36</sup>

É por isso que quando esses integrantes de grupos dominados conseguem atingir patamares de representação política mais altos eles têm que lidar da melhor forma possível com a busca por harmonizar as questões de sua autenticidade e efetividade. Ao passo que gostariam de preservar as suas diferenças perante o mundo e utilizá-las de forma estratégica a atingir seus objetivos, muitas

---

<sup>34</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid, p. 37.

vezes acabam tendo que mudar a forma como são apresentados para se adequarem às “regras do jogo” e garantirem maior efetividade em suas propostas.<sup>37</sup>

Esse tipo de ação pode ser considerada como uma “capacidade de adaptação aos modos discursivos dominantes”<sup>38</sup>, pois

“É um imperativo de eficácia, na medida em que a recusa à adaptação aos padrões exigidos pelo campo implica em marginalização. Esse imperativo coloca os dominados diante de um dilema entre eficácia e autenticidade que os dominantes não precisam enfrentar.”<sup>39</sup>

Buscando se legitimar perante os tomadores de decisão, os ativistas buscam ampliar a sua representatividade por meio da inserção de porta-vozes em organizações internacionais e pela escolha cautelosa de organizações da sociedade civil que possam representar seus interesses internacionalmente. Portanto, é dessa forma que buscam garantir a realização de seus interesses.<sup>40</sup>

Por fim, é imprescindível perceber que é comum que a maior parte dos interesses defendidos por ativistas esteja relacionada a questões de direitos, pois, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>41</sup>, é obrigação dos Estados promoverem e cuidarem do cumprimento dos direitos humanos. Apesar disso, nem todos os Estados atuam da maneira ideal, uma vez que eles próprios infringem os fundamentos dos direitos humanos e geram insatisfação dos membros da sociedade civil. Assim sendo, cabe aos indivíduos buscarem soluções internacionais para fazer com que seus direitos sejam respeitados pelos Estados.

### 1.2.3 Estratégias de atuação e influência das redes transnacionais de *advocacy*

Na busca pela solução de problemas, por voz ativa no cenário internacional e pelo cumprimento de seus direitos, os ativistas de *advocacy* utilizam algumas estratégias de atuação com o intuito de atingir seus objetivos. Assim sendo,

---

<sup>37</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

<sup>38</sup> *Ibid*, p. 52.

<sup>39</sup> *Ibid*, p. 53.

<sup>40</sup> *Ibid*, 2011.

<sup>41</sup> NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **O que são direitos humanos?** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/> Acesso em: 24 ago 2017.

esta parte deste capítulo abordará quais são essas estratégias e como os ativistas as utilizam a seu favor.

A sociedade civil de um determinado país se organiza para fazer ligações com outras sociedades civis a fim de pressionar o cumprimento de direitos em geral. Uma estratégia muito utilizada é a interação de indivíduos de países desenvolvidos com os de países em desenvolvimento para melhorar suas condições de vida. Esse tipo de ligação beneficia ambos os lados, pois os países desenvolvidos dão credibilidade a um determinado assunto e os em desenvolvimento recebem acesso à informação e ajuda financeira, algo que eles dificilmente conseguiriam sozinhos. Esse tipo de estratégia é muito efetiva pois gera um ambiente de tensão exacerbada e constrangimento internacional, o que faz com os países que estão na berlinda se sintam obrigados a tomar providências.<sup>42</sup>

As redes transnacionais geralmente versam sobre assuntos relacionados a *low politics*, questões ambientais, de gênero e sociais. Elas utilizam de estratégias de persuasão e pressão para dar notoriedade a essas questões, influenciar positivamente o cenário internacional e mudar os termos e a natureza do debate.<sup>43</sup>

Apesar dos ativistas nem sempre conseguirem atingir seus objetivos, eles exercem um papel muito importante, pois trazem à tona questões que anteriormente estavam na obscuridade e incitam o debate na busca de solucionar ou até mesmo melhorar situações de conflito ou injustiça. Além disso, os membros das redes transnacionais de *advocacy* trazem informações e até mesmo testemunhos para embasar sua argumentação.<sup>44</sup>

Eles influenciam a criação e harmonização de políticas públicas e leis.<sup>45</sup> No caso dos direitos LGBTQI, os ativistas utilizam de sua influência internacional para conscientizar os países sobre leis de proteção a essa comunidade. Pressionam, constrangem e denunciam países a organizações internacionais voltadas para a área

---

<sup>42</sup> KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> Ibid.

de Direitos Humanos, dessa forma, muitos países se sentem obrigados a tomarem providências quanto a essas questões.<sup>46</sup>

Os atores estatais têm as suas opiniões consolidadas por meio de suas relações. Ao se relacionar majoritariamente com outros atores cujo pensamento sobre determinado assunto é de que  $A + B = C$ , a chance desse país pensar dessa forma é grande. Da mesma forma que um país que se relaciona com outros que pensam que  $A + B = D$  a chance desse país tender para esse pensamento também é grande. Resumindo, o modo de pensar e de agir dos países está diretamente relacionado com as suas redes de comunicação. Isso pode fazer com que determinados Estados passem um longo período de sua história tendo um posicionamento específico sobre determinados assuntos.<sup>47</sup>

Cabe às redes transnacionais de *advocacy*, juntamente com outros atores, levar assuntos que precisam ser debatidos com mais frequência ao cenário internacional e, por meio de suas ligações comunicativas, influenciar diferentes Estados a pensar além de assuntos de *high politics*. Com o intuito de mudar visões pré-estabelecidas, os membros ativistas dessas redes utilizam de estratégias informais e formais para atingir seus objetivos. Keck e Sikkink separam essas estratégias em quatro grupos dominantes, são eles:

- “1. Políticas de informação, ou a capacidade de mover informações politicamente utilizáveis de forma rápida e credível para onde elas terão o maior impacto;
2. Políticas simbólicas, ou a capacidade de invocar símbolos, ações ou histórias que façam sentido em uma situação ou reivindicação para um público que esteja frequentemente longe;
3. Políticas de alavancagem, ou a capacidade de recorrer a atores poderosos para afetar uma situação em que os membros mais fracos de uma rede provavelmente não têm influência; e
4. Políticas de responsabilização, ou o esforço para obrigar atores mais poderosos a agir sobre políticas ou princípios mais amplos que eles aprovaram formalmente.”<sup>48</sup>

<sup>46</sup> PRATA FILHO, Ricardo. **Redes transnacionais de combate à homofobia**: uma comparação entre o caso da Rússia e a lei de “propaganda gay” e o caso da Califórnia e a emenda constitucional Proposition 8. 2015. 93f. Monografia (Bacharelado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>47</sup> Finnemore, 1999 apud KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>48</sup> Tradução nossa de “1. Information politics, or the ability to move politically usable information quickly and credibly to where it will have the most impact; 2. Symbolic politics, or the ability to call upon symbols, actions, or stories that make sense of a situation or claim for an audience that is frequently far away; 3. Leverage politics, or the ability to call upon powerful actors to affect a situation where weaker members

É necessário compreender que, como mencionado, essas quatro estratégias são grupos dominantes, ou seja, são os principais, mas não são os únicos. Com o processo de globalização, a troca de informações se torna mais intensa e, com o passar do tempo, mais meios de transmiti-la são encontrados. O mesmo ocorre com as redes transnacionais, apesar de utilizarem essas estratégias majoritariamente, cada vez mais o desenvolvimento da tecnologia influencia no modo de agir dos ativistas.<sup>49</sup>

#### *1.2.3.1 Políticas de informação*

Apesar de muitos ativistas estarem envolvidos em movimentos sociais, para atingir seus objetivos de maneira estratégica, é necessário que a sociedade civil como um todo se organize para advogar pela causa. Assim sendo, são utilizadas várias estratégias para fazer com que suas demandas sejam ouvidas. Uma delas é a política de informação.

Essa estratégia é utilizada como forma de dispersar informações e atingir grandes massas que podem vir a ser muito úteis no processo de pressão a instituições poderosas. Entretanto, os membros das redes transnacionais de advocacy devem prestar muita atenção às informações transmitidas, pois devido à sua extensão no globo, dados incorretos podem se dispersar sem que haja o cuidado com a procedência das informações. Por meio das políticas de informação, os ativistas podem chegar a um resultado positivo de conscientização.

Eles podem utilizar de dados estatísticos para dar um teor científico às suas proposições e atingir as organizações internacionais e Estados. Entretanto, esse tipo de informação pode não ser acessível para a maior parte das pessoas do mundo. Pensando nisso, os ativistas também atuam por meio de testemunhos, os quais são

---

of a network are unlikely to have influence; and 4. Accountability politics, or the effort to oblige more powerful actors to act on vaguer policies or principles they formally endorsed". KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) p. 95 Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>49</sup> Ibid.

dispersos pelo mundo todo para sensibilizar e atingir com maior facilidade pessoas de pouco estudo. Mas mesmo conseguindo atingir pessoas de todo tipo, os testemunhos podem sofrer alterações linguísticas quando traduzidos para outros idiomas, o que pode acabar deslegitimando o movimento por transmitir informações falsas. Assim sendo, as políticas estratégicas de informação devem ser muito bem formuladas para garantir o melhor aproveitamento de influências.<sup>50</sup>

A mídia exerce um papel muito importante nas políticas de informação. Por meio de jornalistas e das mídias sociais, muitas informações podem ser transmitidas com facilidade e ajudar no processo de legitimação e conscientização de uma determinada causa. A mídia ajuda a recrutar possíveis ativistas.<sup>51</sup> Por exemplo, no caso dos LGBTQIs, muitas pessoas se sentem à margem da sociedade por pensarem que estão fazendo algo errado e não terem a aceitação de suas famílias e Estado, entretanto, ao tomar conhecimento por meio da mídia de um movimento social que apoia os movimentos LGBTQIs, essa pessoa pode se sentir identificada com o restante do grupo e se interessar por lutar por esse objetivo.<sup>52</sup>

### 1.2.3.2 Políticas simbólicas

A ação de invocar políticas simbólicas é muito efetiva. Esse tipo de estratégia é caracterizada pela interpretação da simbologia dos acontecimentos e utilizar essa interpretação em prol de um processo de conscientização.<sup>53</sup> Eventos de grande porte no cenário internacional trazem à tona mensagens audiovisuais que incitam a opinião pública. Assim sendo, todo tipo de indivíduo acaba comentando uma hora ou outra sobre o ocorrido, o que gera debate por causa de múltiplas interpretações acerca do assunto.

---

<sup>50</sup> KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> PRATA FILHO, Ricardo. **Redes transnacionais de combate à homofobia: uma comparação entre o caso da Rússia e a lei de “propaganda gay” e o caso da Califórnia e a emenda constitucional Proposition 8.** 2015. 93f. Monografia (Bacharelado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

<sup>53</sup> KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **op.cit.**

Um exemplo de política simbólica sendo utilizada é a repercussão que a foto abaixo causou no mundo inteiro. A mídia divulgou e comentou sobre a imagem como forma de conscientizar o mundo das consequências da guerra civil síria.

**Figura 2:** Aylan Kurdi, menino sírio refugiado que morreu afogado ao tentar atravessar da Turquia para a Grécia ao fugir da guerra civil síria em 2015.



**Fonte:** INDEPENDENT. **Aylan Kurdi's story:** How a small Syrian child came to be washed up on a beach in Turkey. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/aylan-kurdi-s-story-how-a-small-syrian-child-came-to-be-washed-up-on-a-beach-in-turkey-10484588.html> Acesso em: 24 ago 2017.

A professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas/São Paulo (FGV/SP), Eloísa Machado afirma que

“A divulgação da imagem ou não, portanto, não se reflete especificamente sobre o direito dessa criança, mas sim sobre um debate necessário da situação de violência e vulnerabilidade, como é a dos refugiados. [...]. Há prós e contras à difusão da imagem, mas a foto pode



ajudar a sensibilizar governos a agirem de forma mais incisiva na proteção dos direitos da criança.”<sup>54</sup>

Como se pode perceber, a utilização e interpretação de uma imagem pode influenciar e até mesmo pressionar os atores internacionais a tomarem medidas com o objetivo de conter determinadas situações.

Porém, não se deve deixar de perceber que

“Diversos grupos, organizações ou mesmo indivíduos podem almejar a posição de porta-vozes de determinadas visões políticas ou interesses sociais. Nem todos, porém, têm condições de se colocar na esfera pública de maneira a reivindicar tal posição. São necessários recursos materiais e simbólicos, providos muitas vezes pelo Estado, por fundações privadas, por organismos multilaterais como o Banco Mundial ou por redes transnacionais de *advocacy*.”<sup>55</sup>

Desta forma, é possível perceber que apesar de muitas vezes o debate acerca de um determinado assunto ser incitado por ativistas, a utilização desta estratégia é muito efetiva, pois, com os instrumentos adequados, qualquer pessoa pode exercê-la sem necessariamente estar envolvida de maneira ativa em movimentos sociais.

O tema da Parada Gay de São Paulo (2016) era “Lei de Identidade de Gênero Já! – Todas as Pessoas Juntas contra a Transfobia!”, seu intuito era de dar notoriedade e fazer aprovar legislações a favor da identidade de gênero como o “uso do nome social em crachás para servidores transgênero” e o “nome social na identidade profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e registro da entidade”. Assim sendo, juntou milhares de pessoas pertencentes ou não à comunidade LGBTQI para se manifestar a favor da causa.<sup>56</sup>

**Figura 3:** Avenida Paulista é tomada pela Parada de Orgulho Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT) em maio de 2016.

<sup>54</sup> FOLHA DE S. PAULO. **Foto de menino refugiado morto na praia atrai atenção para crise.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1677028-foto-de-menino-refugiado-morto-na-praia-atrai-atencao-para-crise.shtml> Acesso em: 24 ago 2017.

<sup>55</sup> MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011, p. 51.

<sup>56</sup> HUFFPOST. **4 coisas que você precisa saber sobre a Parada de Orgulho LGBT de São Paulo deste ano.** Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d-a-21684420/>. Acesso em: 01 set 2017.





Fonte: HUFFPOST. 4 coisas que você precisa saber sobre a Parada de Orgulho LGBT de São Paulo deste ano. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d-a-21684420/>. Acesso em: 01 set 2017.

Para atingir seus objetivos, a Parada Gay não só utiliza das grandes massas para chamar a atenção para sua causa, mas também utiliza de um caráter voltado para o exótico. Assim sendo, muitas pessoas se travestem como forma de mostrar a comunidade LGBTQI para o mundo.

**Figura 4:** Homens se travestem na Parada Gay de São Paulo (2016).



Fonte: HUFFPOST. 4 coisas que você precisa saber sobre a Parada de Orgulho LGBT de São Paulo deste ano. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d-a-21684420/>. Acesso em: 01 set 2017.

Por meio de roupas exuberantes e exóticas, os indivíduos chamam atenção por onde andam e buscam trazer à tona as questões relacionadas ao objetivo do movimento.

#### Segundo Ilse Scherer-Warren

“as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. [...] A Parada do Orgulho Gay tem aumentado expressivamente a cada ano, desde seu início em 1995 no Rio de Janeiro, fortalecendo-se através de redes nacionais, como a ABGLT<sup>57</sup>, de grupos locais e simpatizantes”.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

<sup>58</sup> Supressão de grifo da autora. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006, p. 112.

Portanto, como pôde ser percebido, não é necessário que a pessoa seja um membro da comunidade LGBTQI para se travestir o participar de alguma forma da Parada Gay, o intuito do movimento é trazer o máximo de pessoas possível e isso inclui indivíduos que simpatizam com a causa, mas que nem sempre se autodeterminam parte da comunidade LGBTQI. Por fim, o que é buscado é a junção de pessoas para dar notoriedade ao movimento e trazer à luz os interesses da comunidade LGBTQI.

### *1.2.3.3 Políticas de alavancagem*

O objetivo dos movimentos sociais é trazer mudanças. Para isso, buscam persuadir atores importantes do cenário internacional e pressioná-los a exercer suas vontades. Assim sendo, utilizam das políticas de alavancagem para alavancar e acelerar o processo de aceitação de seus interesses e cumprimento de suas demandas.

Dentro desta categoria estratégica, há dois tipos de políticas de alavancagem: a alavancagem material e a moral. A primeira delas está diretamente relacionada à concessão de ajuda financeira ou, em menor escala, ajuda política por meio de votos em organizações internacionais. A área dos direitos humanos obtém alavancagem por meio de pressão a organizações internacionais. Um exemplo disso são as estratégias de negociação em âmbito internacional. Assim sendo, Keck e Sikkink afirmam que

“A questão dos direitos humanos tornou-se negociável porque outros governos ou instituições financeiras ligavam as práticas de direitos humanos ao corte da ajuda militar e econômica, ou ao agravamento das relações diplomáticas bilaterais. Os grupos de direitos humanos obtiveram alavancagem fornecendo aos tomadores de decisões políticas dos EUA e da Europa informações que os persuadiram a cortar a ajuda militar e econômica. Para tornar o problema negociável, as ONGs primeiro tiveram que elevar seu perfil ou nível de destaque usando informações e políticas simbólicas. Então, os membros mais poderosos da rede tiveram de vincular a cooperação com algo de valor: dinheiro, comércio ou prestígio.”<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Tradução nossa de “The human rights issue became negotiable because other governments or financial institutions connected human rights practices to the cut-off of military and economic aid, or to worsening bilateral diplomatic relations. Human rights groups obtained leverage by providing US and European policymakers with information that persuaded them to cut off military and economic aid. To make the issue negotiable, NGOs first had to raise its profile or salience, using information and symbolic

Como pode ser percebido, as estratégias de defesa de interesses não trabalham individualmente, pois juntas são mais eficazes. No caso acima citado, para conseguir ajuda financeira, ou seja, alavancagem material, foram utilizadas três políticas diferentes: políticas de informação, políticas simbólicas e políticas de alavancagem.

Quando se trata de alavancagem moral, os ativistas se preocupam em fazer uma “*Mobilisation of Shame*”, ou seja, mobilizam-se para constranger os Estados internacionalmente. Eles trazem à tona comportamentos estatais que podem ser criticados e os pressionam a mudar. Por meio desse tipo de alavancagem, os membros de ONGs conseguem ganhar votos a favor de seus interesses em organizações internacionais que muitas vezes eles não têm acesso direto.<sup>60</sup>

#### 1.2.3.4 Políticas de responsabilização

Como o próprio nome já deixa claro, as políticas de responsabilização servem para responsabilizar os Estados por seus atos. Ao mesmo tempo que eles são os atores que devem proteger os indivíduos de situações que vão contra os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Estados também são os que os infringem.

Desta forma, os membros das redes de *advocacy* agem de forma a responsabilizá-los por seus atos. Por exemplo, quando um Estado específico se compromete a cumprir com determinada legislação e ele não cumpre, cabe aos ativistas expor esse Estado no cenário internacional para que ele se constranja e se comprometa verdadeiramente ao que foi acordado.

Um exemplo da atuação dos membros de *advocacy* por meio das políticas de responsabilidade é o envio de relatórios sombra.

---

politics. Then more powerful members of the network had to link cooperation to something else of value: money, trade or prestige”. KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics**, p. 97 Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>60</sup> Ibid.



“Os relatórios sombra (geralmente chamados de "relatórios alternativos") são submetidos aos órgãos de monitoramento de tratados das Nações Unidas e de outras instituições internacionais como alternativa ao relatório oficial de um governo sobre a situação dos direitos humanos em seus respectivos países.”<sup>61</sup>

Esse tipo de relatório é utilizado como um “contra-argumento” aos relatórios oficiais enviados pelos países à ONU. Buscando se protegerem de uma má reputação e de possíveis punições por terem infringido algum princípio de Direitos Humanos, os Estados enviam relatórios que não representam a verdade por completo. Desta forma, cabe aos membros da sociedade civil - mas principalmente ONGs – pesquisar e elaborar esses relatórios sombra e enviar aos comitês de Direitos Humanos da ONU para que o mundo possa ver “o outro lado da moeda”.

A utilização de políticas de responsabilidade faz com que os países infratores de Direitos Humanos se sintam constrangidos no cenário internacional e por fim, busquem estreitar a distância entre o que foi dito e o que acontece de fato. Esta estratégia não busca fazer com que os Estados mudem sua opinião sobre determinado assunto e sim, fazer com que haja o cumprimento adequado de normas e princípios, além do comprometimento estatal com seus discursos.<sup>62</sup>

Este capítulo chega ao fim tendo apresentado algumas perspectivas que serão utilizadas posteriormente na análise desenvolvida no capítulo 3. Deve ser lembrado que, para o bom entendimento do leitor sobre tema, o conteúdo exposto neste primeiro capítulo não deve ser entendido de forma individual e sim, em conjunto. O próximo capítulo abordará o surgimento dos membros da comunidade LGBTQI e características e demandas do movimento.

---

<sup>61</sup> Tradução nossa de “Shadow reports (often called 'alternative reports') are submitted to treaty monitoring bodies at the United Nations and other international institutions as an alternative to a government's official report regarding the human rights situation in its respective country”. NEW TACTICS ON HUMAN RIGHTS. **Using shadow reports for advocacy**. Disponível em: <https://www.newtactics.org/using-shadow-reports-advocacy/using-shadow-reports-advocacy>. Acesso em 26 set 2017.

<sup>62</sup> KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

## 2 O SURGIMENTO DOS LGBTQIS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Este capítulo tem como objetivo expor como a comunidade LGBTQI e os movimentos sociais relacionados a ela surgiram. À princípio serão definidos alguns termos importantes e, na segunda metade do capítulo, será abordada a Revolta de Stonewall e algumas demandas do movimento LGBTQI. Entretanto, deve ser lembrado que os termos e demandas aqui presentes foram selecionados visando o bom entendimento do trabalho acadêmico e que o intuito aqui não é separar e/ou excluir nenhum tipo de indivíduo ou causa.

### 2.1 Definições importantes

A comunidade LGBTQI é muito diversa e se encontra em meio a um processo de politização e reconhecimento de suas características e direitos. Devido a isso, ainda não há consenso sobre as características específicas de cada tipo de membro deste grupo, pois os movimentos sociais, os médicos, as organizações internacionais, os acadêmicos e os próprios LGBTQIs trazem definições muito diferentes.

Apesar de serem abordadas características da comunidade LGBTQI, o objetivo deste trabalho não é enquadrar e/ou separar os seres humanos em categorias e caracterizá-los de forma simplista e abrangente. É necessário compreender que as características desta comunidade estão em processo de definição e que não parece correto, antecipadamente, defini-los. Apesar disso, para o melhor entendimento do leitor, faz-se necessário categorizá-los, mas o método utilizado será apenas uma forma de conhecer e melhor estudar as particularidades de cada indivíduo.

Assim sendo, será iniciado o processo de definição com os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero segundo os Princípios de Yogyakarta<sup>63</sup>. Orientação sexual faz “[...] referência à capacidade de cada pessoa de ter uma

---

<sup>63</sup> **Princípios de Yogyakarta:** Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 08 abr 2017.

profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”, já a identidade de gênero é entendida como

“[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.”

Segundo o Longman Dictionary of Contemporary English, a definição arcaica e simplista de “*queer*” é de algo estranho ou de difícil explicação. Além disso, sua utilização originária foi criada para caracterizar e menosprezar todas as pessoas que diferiam do “padrão” estipulado pela sociedade de uma determinada época. Entretanto, hoje em dia, há definições mais amplas e menos carregadas de preconceito como a de Palazzani, que afirma que

“*Queer* é, portanto, um termo amorfo e especulativamente aberto: uma categoria flexível, fluida, variável e permeável, contra dicotomias fechadas, rígidas, fixas e impermeáveis. *Queer* representa tudo e nada. As expressões recorrentes “nem um nem outro” ou “uma coisa ou outra” mostram a ambivalência e ambiguidade que rompe as dicotomias oposicionais da dualidade masculina e feminina. *Queer* é muitas vezes referido como um “termo guarda-chuva”, que se refere à várias teorias que têm um menor denominador comum: a liberalização de toda a sexualidade na “normalização” do que foi considerado “anormal”<sup>64</sup>.

Logo, pode ser observada a complexidade do termo *queer*. Para melhor tratar ao longo do trabalho, será considerado *queer* aquele que se sente livre em relação à sua sexualidade e que prefere não se definir/não se enquadrar em nenhuma “categoria”. Aquele que quebra com a dualidade feminino/masculino por não acreditar em tais conceitos.

Um termo que surgiu e, por vezes, permanece ainda incompreendido é o “intersex”. A intersexualidade é a variação das características sexuais que permitem categorizar um ser humano inteiramente como homem ou como mulher. Essa variação pode vir de alterações nos órgãos genitais, gônadas e/ou cromossomos. O

---

<sup>64</sup> Tradução nossa de: “Queer is therefore an amorphous and speculatively open term: a flexible, fluid, variable, permeable category against closed, rigid, fixed, impermeable dichotomies. Queer represents everything and nothing. The recurrent expressions “neither/nor” or “either/or” show the ambivalence and ambiguity that breaks down the oppositional dichotomies of male and female duality. Queer is often referred to as “umbrella term” which refers to several theories that have a lowest common denominator: the liberalisation of all sexuality in the “normalisation” of what was considered “abnormal””. PALAZZANI, Laura. From Gender to Queer. In: **Gender in Philosophy and Law**. Roma: 2012. p. 45.

termo abrange algumas características mais conhecidas como o hermafroditismo. A condição de intersex vem de nascença e pode ou não ser alterada cirurgicamente. Por exemplo, em casos de haver dois órgãos sexuais em uma mesma pessoa, após uma avaliação médica positiva, pode ser feita uma cirurgia; já outros tipos de características como alteração vocal e presença anormal de pelos pode ser controlada ou não com o uso de hormônios<sup>65</sup>.

Além da necessidade de abranger algumas características corporais específicas, a utilização do termo “intersex” veio também da necessidade de acabar com o estigma criado a partir da caracterização da pessoa hermafrodita. Ao ser mencionada a palavra “hermafrodita”, assim como *queer*, era trazido às mentes das pessoas como algo pejorativo e, por vezes, era visto como um tabu. Com a ampliação da definição do termo, a intersexualidade pode ser compreendida como algo além do hermafroditismo.

A sigla LGBTQI pode ser grafada desta forma, ou também com a adição de um asterisco na letra T\*. O sinal gráfico do asterisco remete à multiplicidade da letra, ou seja, a letra T ou T\* significa transexuais, travestis e transgêneros. Apesar de parecer simples, a compreensão de uma mera letra pode trazer muita confusão, até mesmo para a área acadêmica.

Devido ao fato de nos encontrarmos em meio a um processo de politização sobre a temática das questões de gênero, autores renomados, médicos pesquisadores da área e os próprios movimentos sociais não conseguem entrar em acordo sobre as possíveis definições para os termos supracitados. Como podemos perceber, Melissa de Oliveira e Miriam Grossi afirmam que:

“[...] os limites entre masculinidade e feminilidade nunca existiram, o que se revela são tentativas de determinados grupos ou discursos em adequar uma situação a alguma das categorias criadas, que variam de grupo para grupo, como os médicos, religiosos, políticos, e também sofrem variações em épocas específicas. Isso fez com que, no decorrer do tempo, esses discursos se interpenetrassem até chegar ao que se tem hoje: uma disputa de poder dentro de um campo em que todos querem encontrar uma classificação adequada.”<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> MONEY, John. EHRHARDT, Anke. **Man and woman, boy and girl: The differentiation and dimorphism of gender identity from conception to maturity.** Baltimore: John Hopkins Press, 1972.

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Melissa Barbieri de; GROSSI, Miriam Pillar. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 699-701, ago 2014.



Levando em consideração o trecho acima e buscando melhor compreender a comunidade LGBTQI, várias definições serão expostas, mas apenas algumas serão selecionadas para integrar o debate de forma significativa.

Primeiramente, será trabalhada a transexualidade. Assim como a homossexualidade era mencionada como a doença do “homossexualismo”, a transexualidade segue o mesmo caminho. Segundo a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionado à Saúde ou Classificação Internacional de Doenças (CID 10), temos a classificação de transexualismo:

“Transexualismo (CID 10 F64.0): Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado”.<sup>67</sup>

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, mais conhecido pela sigla DSM, traz uma definição semelhante em sua edição V (2014)<sup>68</sup>. Entretanto, nem sempre foi assim. Se for feita uma comparação entre o DSM III<sup>69</sup> e o V, podemos observar que aquele traz uma escrita muito carregada de estereótipos e, conseqüentemente, de preconceitos; enquanto este, já traz atualizações sobre a visão que a Medicina encara esse tipo de “distúrbio sexual”.

Para o DSM III, podia ser considerada transexual a criança que apresentasse divergências quanto ao seu papel na sociedade. Por exemplo, meninas que tivessem gosto por práticas esportivas e meninos que se divertissem ao brincar de boneca. Com esse tipo de exemplo, é possível observar que a menina que cresce e não quer cuidar do lar como dona de casa e apresenta sua vontade de se tornar uma esportista, para o DSM III, tratava-se de um distúrbio sexual que deveria ser encarado como transexualidade. Também podia ser portador de um distúrbio sexual o menino que não expressasse vontade de ser o chefe de família e/ou expressasse preferência por cuidar do lar e de crianças.

---

<sup>67</sup> BANCO DE SAÚDE. **CID 10 F 64.0 – Transexualismo**. Disponível em: <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f640/transexualismo>. Acesso em: 15 maio 2017.

<sup>68</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais V**. Disponível em: <http://blogdapsicologia.com.br/unimar/wp-content/uploads/2015/12/248320024-Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 02 jun 2017.

<sup>69</sup> Id. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders III**. Disponível em: <http://displus.sk/DSM/subory/dsm3.pdf>. Acesso em: 02 jun 2017.

Com o passar do tempo, a Medicina passou a encarar esse tipo de comportamento como padrão e o papel da mulher e do homem deixou de ser tão restrito e foi visto como algo mutável e pessoal de cada indivíduo. Apesar dos avanços da Medicina, o DSM V ainda considera a transexualidade ou transexualismo, como mencionado em seu texto, como uma enfermidade que necessita tratamento psiquiátrico.

No que diz respeito aos travestis e transgêneros, há uma complicação maior no processo de definição. Tanto os estudiosos quanto os propriamente ditos travestis ou transgêneros não encontram características das duas categorias que levem a uma definição precisa do que cada indivíduo é<sup>70</sup>. Portanto, pode-se dizer que não há limite claro que identifique quais são as características de um travesti e quais são as de um transgênero.

Os transgêneros podem ser facilmente confundidos com os transexuais. À princípio, os transexuais possuem um distúrbio mental que o impedem de se definirem como pertencentes ao seu sexo de nascença. Os transgêneros também. Nesta categoria, os indivíduos que a ela pertencem acreditam terem nascido com o “corpo errado”. Constantemente, não se identificam com seu corpo e expressam sua vontade de mudar essa inadequação por meio de cirurgias de mudança de sexo. É nesse ponto em que a dúvida quanto à categorização é gerada.

Tanto os transexuais quanto os transgêneros percebem uma inadequação de seu corpo ao seu gênero. Mas em qual caso há uma cirurgia de mudança de sexo? O ponto é que nem sempre essa cirurgia acontece. O indivíduo que se autodetermina transexual ou transgênero escolhe se deseja ou não passar pela mudança de sexo.

Há quem se decida positivamente, pois gostariam de se sentir, “verdadeiramente”, como homem/mulher, há também aqueles que decidem por não fazer essa mudança por sentirem que poderiam perder o que já conhecem por prazer, já outros têm medo dos riscos envolvidos em tal procedimento. Apesar desses exemplos dos motivos que levam um indivíduo a fazer ou não a cirurgia de mudança

---

<sup>70</sup> OLIVEIRA, Melissa Barbieri de; GROSSI, Miriam Pillar. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 699-701, ago 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000200025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000200025&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 jul 2017.

de sexo, não se pode deixar de notar que cada pessoa se sente de uma maneira diferente e pode expressar mais de uma razão para tomar uma decisão positiva ou negativa.

Como se pode perceber, há uma extrema dificuldade de caracterização dos integrantes da comunidade LGBTQI, principalmente, os transgêneros e transexuais. Pois, apesar de existirem várias definições propostas por pesquisadores de renome, ainda há a questão da autodeterminação que se faz presente e demonstra ser um fator tão importante que não pode ser deixado de lado. Uma vez que não há um padrão de pensamentos, atitudes e aparência que possam definir quem é transexual e quem é transgênero, não há definição fixa.

No que diz respeito aos travestis, geralmente, a aparência é utilizada como fator preponderante para se determinar se o indivíduo pode ser classificado como travesti ou não. Jorge Leite Júnior<sup>71</sup> afirma que travesti é aquele que se traveste, ou seja, que usa roupas mais comumente associadas ao sexo oposto. Acredita-se que esse tipo de ação teve seu início a partir do momento que as mulheres passaram a sentir a necessidade de ter uma participação mais significativa na sociedade e não conseguiam devido a um espaço externo à casa extremamente masculinizado. Já os homens começaram a se travestir com o intuito de se eximir de suas “atividades masculinas” e também como uma forma de se expressar artisticamente.

Um travesti<sup>72</sup> não necessariamente se sente inconformado com o seu corpo. O ato de se travestir está mais ligado a uma questão de prazer e aceitação do que a uma inadequação corporal. O travestismo pode ser considerado uma forma de fetiche, uma forma de buscar a excitação sexual ou satisfação pessoal de quem se traveste.

Não se pode deixar de notar que o fato de uma pessoa se travestir, não exclui o fato de que ela pode se autodeterminar ou não transgênero ou transexual, ou seja, da mesma forma que um travesti pode se autodeterminar transgênero ou

---

<sup>71</sup> LEITE Jr., Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>72</sup> Uma outra forma de denominar os travestis é pelo uso dos termos “*drag queen* e *drag king*”. Aquele faz referência ao indivíduo de sexo masculino que se traveste com roupas femininas; este, é o indivíduo de sexo feminino que se traveste com roupas masculinas. Ambos possuem caráter artístico e performático, por isso, as vestimentas, adornos e maquiagens são extremamente exageradas e chamativas.

transexual, ele também pode se autodeterminar heterossexual. O travestismo, como anteriormente mencionado, surgiu como forma de “fugir das obrigações relacionadas ao seu sexo”, apesar disso, hoje em dia tem um caráter mais artístico e performático, podendo ser praticado tanto por homens como mulheres. A colagem abaixo exemplifica o processo de transformação/montagem de uma *drag queen*.

**Figura 5:** Processo de transformação/montagem da *drag queen* Pablo Vittar.



**Fonte:** Colagem nossa. CENTRAL PABLO VITTAR. **Photoshoots.** Disponível em: <http://centralpablovittar.com/>. Acesso em: 04 ago 2017.

Como visto na figura acima, o processo de transformação de uma *drag queen* pode deixar um homem com características femininas. Mas conforme mencionado, esse tipo de transformação tem caráter artístico e performático, por isso acaba adquirindo cunho exagerado e dramático. Assim sendo, pode-se afirmar que uma *drag queen/drag king* não necessariamente se veste com roupas do sexo oposto no seu dia-a-dia. Ao contrário de transgêneros e transexuais que, ao sentir que não pertencem ao sexo de nascença, podem vir a se vestir com roupas do sexo oposto, mas não de maneira exagerada.

## 2.1 Histórico

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma, respectivamente, nos artigos III e IX que “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”<sup>73</sup>. Em contrapartida, a comunidade LGBTQI sofre discriminação como vilipêndio, violência arbitrária, recusa de tratamento de saúde, falta de reconhecimento de suas relações “não-tradicionais”, salários e benefícios trabalhistas desiguais. Além disso tudo, passam por “tratamentos de cura gay” como choque elétrico, estupro corretivo – na maior parte das vezes praticado por familiares e amigos – e, linchamentos<sup>74</sup>.

Segundo os Princípios de Yogyakarta essas violações aos direitos humanos incluem:

“[...] execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, agressões sexuais e estupro, invasão de privacidade, detenção arbitrária, negação de oportunidades de emprego e educação e sérias discriminações em relação ao gozo de outros direitos humanos. Estas violações são com frequência agravadas por outras formas de violência, ódio, discriminação e exclusão, como aquelas baseadas na raça, idade, religião, deficiência ou status econômico, social ou de outro tipo.”<sup>75</sup>

Segundo o Relatório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre Leis Discriminatórias e Práticas e Atos de Violência Contra Indivíduos com Base em sua Orientação Sexual e Identidade de Gênero (2011) cada país se encontra em um estágio diferente de aceitação e legitimação dos direitos LGBTQI. Existem países que legitimam o casamento gay e a adoção, outros que só permitem a homossexualidade feminina como forma de atender a fetiches masculinos e ainda há aqueles que criminalizam a homossexualidade. De forma quantitativa, mais de setenta países criminalizam qualquer tipo de relação ou comportamento fora do “padrão heterossexual”, sem falar que pelo menos cinco deles possuem pena de morte para ações que “desafiam a ordem e vão contra a boa moral”.<sup>76</sup>

<sup>73</sup> NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 29 jul 2016.

<sup>74</sup> UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Saiba mais: Violência homofóbica e transfóbica**. Disponível em: <<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Violence-PT.pdf>>. Acesso em 29 jul 2017.

<sup>75</sup> **Princípios de Yogyakarta**: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 08 abr 2017. p. 7.

<sup>76</sup> UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General (A/HRC/19/41)**. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/HRC/19/41](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/19/41). Acesso em: 28 ago 2017.

Apesar de “questões de gênero” ser tema das agendas internacionais atuais, a homossexualidade não é algo novo. Ela sempre esteve presente na sociedade, mas com o passar do tempo, as civilizações mudam seu comportamento e seu modo de pensar, o que gera novos costumes e códigos sociais. Devido a isso, a homossexualidade foi enxergada de maneiras diferentes ao longo da História.

Como mencionado anteriormente, a prática do sexo entre iguais não é algo novo, logo, pode-se encontrar indícios de que as civilizações antigas<sup>77</sup>, tais como a de Caldeia, as do Egito, da Grécia e da Assíria já praticavam esse ato. Além do mais, a homossexualidade não é uma característica exclusiva dos seres humanos, muitas espécies de animais também têm esse tipo de comportamento.

Será exposto no presente trabalho como a sociedade ocidental enxergava/enxerga as amizades entre pessoas do mesmo sexo e a homossexualidade propriamente dita. Apesar de ser tratada prioritariamente a visão ocidental, não há tentativa de privilegiar este ponto de vista. A escolha foi feita devido à escassez de bibliografia referente ao assunto no mundo oriental.

No que diz respeito à antiga sociedade grega<sup>78</sup>, a separação dos sexos era muito evidente, pois cada indivíduo tinha o seu papel específico na sociedade. Os homens tinham seu papel político na esfera pública enquanto as mulheres viviam suas vidas no âmbito doméstico, totalmente excluídas do contexto externo à casa.

A relação entre homens e mulheres era muito restrita. Não podia haver nenhum tipo de encontro público entre homens e mulheres, portanto, eles só poderiam se encontrar em seu lar. Quando em casa, a relação entre eles era marcada por submissão e dominação, pois a mulher foi feita para servir o homem e jamais deveria negar nada a ele<sup>79</sup>.

Devido a essas restrições, desenvolver um sentimento de afeto entre homens e mulheres era algo complicado, pois as mulheres não eram vistas como objeto de afeto pelos homens, apenas como seres submissos às suas vontades e objetos de procriação. Francisco Ortega afirma que

---

<sup>77</sup> RESENDE, Crislaine Débora Souza. **Homossexualidade e Homoafetividade**: o caminho percorrido para a conquista de seus direitos. 2012. 57 f. Monografia (Bacharelado) – Curso de Direito, Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete, 2012.

<sup>78</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

<sup>79</sup> Ibid.

“A ausência de fortes vínculos maritais e de amor conjugal, assim como a separação estrita dos sexos – designando lugares específicos para cada um -, levou na polis clássica a concentrar a paixão e a ternura nas relações entre homens. O baixo estatuto da mulher e sua reclusão na esfera privada e doméstica [...], teve como consequência o privilégio do culto da amizade e do amor masculino.”<sup>80</sup>

Assim sendo, as relações entre os homens começaram a se desenvolver eroticamente, pois ao passarem muito tempo na vida pública e terem sua vida marital muito regulada e voltada para uma situação hierárquica, ter relações afetivas entre homens era algo esperado.

Como se pode perceber, o papel da amizade na Grécia Antiga era muito importante, mas que só acabava sendo desenvolvido entre homens fora de casa, pois dentro dela, não havia espaço para relações de afeto.

Assim como na Grécia Antiga, em Roma havia um ambiente externo à casa no qual os homens exerciam um papel importante. Enquanto na polis grega os homens de mesma idade se reuniam fora de casa para debater assuntos relacionados à política e dentro de casa havia apenas uma relação de dominação/submissão, nas cidades romanas, a situação demonstrava um caráter distinto.

Em Roma, a amizade estava relacionada à quantidade de ligações políticas e econômicas que um homem podia ter. Assim sendo, os homens se reuniam no ambiente externo à casa para debater questões políticas, entretanto, esses grupos de debate eram compostos por homens de idades distintas, não por homens de mesma idade como na Grécia. Essa característica fez com que as relações de afeto fora de casa fossem praticamente inexistentes, uma vez que as relações se baseavam no desenvolvimento de laços políticos e econômicos.

Ao contrário das relações maritais gregas, o casamento e a família gerada por ele tinha um papel muito importante, pois era nela que se baseavam as relações amorosas e de confiança. Devido a isso, a homossexualidade – por ser um relacionamento incapaz de gerar novas vidas – foi condenada e tida como perversão.

O Estado passa a se envolver ativamente na criação de leis que impediam a prática da homossexualidade. O pensamento de que a família era uma instituição moral e econômica era predominante, portanto, as leis públicas deveriam

---

<sup>80</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002. p. 25.

zelar pelo direito de bons rapazes terem suas relações afetivas em família e não fora de casa, onde encontravam outros rapazes.<sup>81</sup>

Como anteriormente mencionado, as relações homossexuais passam a sofrer a influência do Estado, mas também da Igreja Católica, como pode ser percebido ao longo da vida de Santo Agostinho. Alguns autores como John Boswell, Francisco Ortega e Joseph Bernhart analisaram as obras<sup>82</sup> de Agostinho e buscaram compreender se havia indícios de que ele era homossexual, uma vez que ele expressou relações de afeto com outros rapazes em sua vida pré-conversão.

Apesar de haver divergências entre autores, podemos perceber, a partir do trecho abaixo, que a homossexualidade era um tema presente na vida de Santo Agostinho e na de outros religiosos cristãos:

“Na idade adulta, Agostinho recusará a possibilidade de relações homossexuais lícitas. Nesse ponto Agostinho distanciava-se da visão de muitos de seus contemporâneos cristãos, como Boswell observa: “Não só parece ser que os primeiros cristãos não teriam encorajado nenhum preconceito geral contra os gays, mas tampouco parece ter existido uma razão para que o cristianismo adotasse uma atitude hostil no que diz respeito à conduta homossexual. Muitos cristãos proeminentes e respeitados – alguns até canonizados – estiveram envolvidos em relações que quase seguramente seriam consideradas homossexuais em culturas hostis ao homo erotismo. A pressão antierótica do governo e das escolas mais ascéticas da ética sexual terminariam por conseguir, com o tempo, a supressão dos aspetos mais públicos da sexualidade gay e, finalmente, por incluir no próprio cristianismo uma relação de violenta hostilidade. Esse processo, no entanto, levou um tempo muito prolongado e não é possível atribuí-lo a atitudes amplamente difundidas, nem a preconceitos entre os primeiros adeptos da religião cristã”<sup>83</sup>

Neste trecho, pode ser percebido que a Igreja Católica nem sempre foi contra a homossexualidade. Apesar disso, ela sempre se demonstrou contra a amizades íntimas entre os membros do clero, pois temia que a relação desafiaria a autoridade eclesiástica. John Boswell<sup>84</sup> afirma que só após o século XIII – período denominado pelo autor como o “Nascimento da Intolerância” - a Igreja Católica tomou

<sup>81</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

<sup>82</sup> Conjunto de livros denominados Confissões.

<sup>83</sup> BOSWELL, John. **Cristianismo, Tolerancia Social y Homosexualidad**: Los gays en Europa occidental desde el comienzo de la Era Cristiana hasta el siglo XIV. Biblioteca Atajos I. Muchnik Editores AS. Barcelona: 1998 p. 162-163 apud ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002, p. 68.

<sup>84</sup> BOSWELL, John. **Cristianismo, Tolerancia Social y Homosexualidad**: Los gays en Europa occidental desde el comienzo de la Era Cristiana hasta el siglo XIV. Biblioteca Atajos I. Muchnik Editores AS. Barcelona: 1998 apud ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.



providências visando a condenação da homossexualidade, antes disso, as leis que proibiam esse tipo de ação eram provenientes do próprio Estado.

Um outro caso a ser observado é o de Aelredo de Rivaulx, santo e monge, cujos escritos espirituais afirmavam que o amor entre duas pessoas do mesmo sexo era a máxima expressão do contexto cristão. Apesar de ser assumidamente gay e sua fala ser contra os preceitos monásticos, Aelredo de Rivaulx só pôde fazer tais afirmações em seus escritos espirituais pois ele viveu em uma época em que o limite da homossexualidade e da amizade entre indivíduos do mesmo sexo ainda não estava bem estabelecido, apesar disso, conseguiu desafiar os ideais cristãos de amizade<sup>85</sup>.

No século XIII, com o fim dos ideais de amizades grega e romana, a homossexualidade passa a ser vista com intolerância e como algo suscetível à condenação. “Isso parece corroborar a tese de Foucault de que enquanto a amizade foi aceita social e culturalmente, a homossexualidade não representou nenhum problema”.<sup>86</sup>

Francisco Ortega afirma que

“Qualquer tentativa de estabelecer limites e divisões é arbitrária, contingente, histórica, e, portanto, sujeita a modificações e redescrições. O século XIII estabelece um novo olhar sobre a homossexualidade, que produz distinções, novas fronteiras onde antes não existiam, entre a amizade e a homossexualidade. É precisamente o traçado desses limites que prejudicou historicamente a amizade.”<sup>87</sup>

Com isso, faz-se necessário compreender o que levou o período histórico a partir do século XIII a ser considerado como o “Nascimento da Intolerância” e como a homossexualidade era vista a partir de então. Segundo Boswell<sup>88</sup>, a transição do século XII para o século XIII foi marcada pelo crescimento de animosidades em relação às minorias. A ascensão de governos absolutistas trouxe consigo uma vontade de uniformização/padronização da sociedade europeia,

<sup>85</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

<sup>86</sup> Ibid.

<sup>87</sup> Ibid, p. 90.

<sup>88</sup> BOSWELL, John. **Cristianismo, Tolerancia Social y Homosexualidad**: Los gays en Europa occidental desde el comienzo de la Era Cristiana hasta el siglo XIV. Biblioteca Atajos I. Muchnik Editores AS. Barcelona: 1998 apud ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

entretanto, esses ideais vieram após uma época de grande experimentação, liberdade e tolerância que permeou a Europa entre os séculos XI e XII.

Essa vontade de uniformização não desencadeou apenas ações com o intuito de controlar a homossexualidade, mas também buscou a padronização de outras minorias. Os indivíduos que diferiam nos quesitos religião, orientação sexual, costumes culturais, modo de pensar e até mesmo aqueles que tivessem ações cotidianas que não estivessem no padrão esperado pelos governos absolutistas eram perseguidos e tinham suas liberdades cerceadas.

Francisco Ortega exemplifica que

“As cruzadas, a expulsão dos judeus, o auge da Inquisição e tentativas de eliminar a feitiçaria, a repugnância ante a homossexualidade, são testemunhas da mencionada vontade de uniformidade manifestada no crescimento da intolerância com tudo que não se adapta ao padrão da normalidade.”<sup>89</sup>

Como se pode perceber, neste período histórico vinha à tona muitas questões que buscavam definir o que era “normal” e o que não era. Foi nessa busca que nasceu a intolerância por meio de um *boom* de legislações criadas pelos Estados e ações exercidas pela Igreja. Um exemplo disso foi o fato da homossexualidade ser motivo de condenação à morte entre os anos 1250 e 1300 na Europa. Devido a isso, os gays passaram a negar sua orientação sexual e as atividades homoafetivas passaram a ser exercidas em segredo.

As relações entre pessoas do mesmo sexo foram consideradas crime, assim como outras atitudes “anormais” como a feitiçaria e a heresia. Muitas pessoas foram mortas por terem sido acusadas injustamente. Há como exemplo a Ordem dos Templários. No começo do século XIV ela se tornou a ordem mais rica e poderosa da Europa, devido a isso, começou a desagradar determinados grupos. Como forma de conter o poder da ordem, ela foi acusada de sodomia e feitiçaria com o intuito de tê-la dissolvida<sup>90</sup>.

Ao analisar por um lado antropológico, pode ser observado que tudo aquilo que é diferente e novo causa estranhamento. O medo e a desconfiança gerados por causa do desconhecimento do outro, muitas vezes, dão origem a comportamentos

---

<sup>89</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002, p. 88.

<sup>90</sup> Ibid.

hostis, logo, modo que os discursos foram construídos dá origem a diferentes visões de um mesmo objeto/sujeito.

A homossexualidade, religiões diversas, um modo de pensar incerto, costumes que divergiam do que era considerado “normal”, tudo isso, de certa forma, altera o *status quo*, pois em cada cultura, cada aspecto citado é entendido de uma determinada maneira devido à forma que os discursos foram construídos em cima disso. Desta forma, o século XIII trouxe consigo a vontade de “normalizar” a Europa por meio da contenção de grupos minoritários.

Com o fim da Idade Média, inicia-se a Idade Moderna com novos modos de pensar. Neste período histórico, a influência do Estado nas famílias se torna mais poderosa e evidente<sup>91</sup>. Surgiu a ideia de que o Estado deveria intervir diretamente nos assuntos privados e familiares pois só assim ele garantiria a honra familiar.

O Estado obviamente se preocupava com sua moral e interesses. Aqueles que divergiam do pensamento dele deveriam ser contidos, por isso, ele se fazia presente no ambiente familiar. Havia a noção de que aquilo que era feito fora da visão do Estado, provavelmente, era contra a lei, então, ao se inserir do ambiente privado, o Estado busca proteger a integridade das boas famílias.

Esse tipo de comportamento estatal pode ser observado na fala de Francisco Ortega quando ele afirma que

“Trata-se de uma politização do privado, da total agressão à família, em que privado é sinônimo de sedição e conspiração, e a transparência torna-se virtude de ser defendida ante as artimanhas do fingimento, da aparência, da dissimulação e da polidez”<sup>92</sup>.

A Idade Moderna difere em alguns aspectos das Idades que a antecedem. Neste contexto histórico, as relações externas ao ambiente doméstico passaram a perder seu valor. Enquanto que na Idade Antiga as relações de amor e afeto estavam relacionadas ao ambiente público e dentro de casa só havia submissão/dominação, na Idade Moderna pode ser observado que as relações maritais agora eram acompanhadas do amor. Apesar disso, ainda havia a dominação do homem em relação à mulher.

---

<sup>91</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

<sup>92</sup> Ibid., pp. 134-135.

A família passou a ter mais importância na sociedade. O Estado reafirmava constantemente os valores familiares que o ambiente privado deveria ter e isso pode ser entendido como papel que cada indivíduo deveria ter em sua casa. O homem deveria exercer o papel de chefe de família enquanto a mulher deveria cuidar da casa e dos filhos. Assim sendo

“O matrimônio prepara o governo da família e produz a ordem social; ele estabelece os graus de subordinação necessários à ordem. O pai é a cabeça pela força, a mãe a mediadora pela delicadeza e a persuasão, as crianças são sujeitas e tornar-se-ão cabeças na sua vez. Eis o protótipo de todos os governos.”<sup>93</sup>

Como pode ser percebido, a ordem de um Estado dependia da ordem dentro das famílias. Devido a esses papéis masculinos e femininos pré-estabelecidos, a homossexualidade passou a ser considerada uma “anormalidade”, portanto deveria ser contida para que não interferisse na ordem desejada.

A relações entre pessoas do mesmo sexo gerou um certo questionamento em relação às amizades. Se para gerar uma família é necessária uma relação heterossexual, ou seja, entre um homem e uma mulher, o que faz dois homens ou duas mulheres juntas? Se a família é o ambiente onde se encontra amor e afeto, por que buscar fora de casa? Se o Estado controla as interações familiares para garantir sua honra, não é suspeito interagir com pessoas fora de casa? Ainda mais do mesmo sexo?

Como pode ser percebido, a sexualidade “fora do normal” - ou seja, homossexual - passou a ser questionada, pois ia contra os interesses do Estado. As relações de amizade entre pessoas do mesmo sexo começaram a entrar em declínio, pois se instaurou a visão de que esse tipo de relacionamento não era correto. Com isso, a homossexualidade passou a ser vista como um desvio do que era bom e logo mais, foi transformada em patologia.

No século XIX, a homossexualidade entrou para a área do saber médico<sup>94</sup>, pois a partir do momento que o Estado a proibiu, deveria haver um discurso que justificasse essa proibição, assim sendo, a ciência médica foi usada como forma de justificar essa medida. A Medicina foi usada para categorizar, restringir e

---

<sup>93</sup> HUNT, Lynn. **The family romance of the French Revolution**. Berkeley: University of California Press, 1993, p. 161 apud ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002, p. 136.

<sup>94</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

desqualificar uma atitude que outrora foi considerada parte natural do cotidiano da sociedade europeia, desta forma, pode ser percebido que a partir deste momento, a partir da mudança de discursos – como visto no primeiro capítulo - a homossexualidade passa a ser enxergada de uma maneira diferente.

A inserção da homossexualidade na área médica como doença a ser tratada trouxe mudanças que podem ser vistas até os dias atuais. “[...] hoje é quase impossível mostrar afeto nas relações de amizade, especialmente entre homens, devido ao medo que esse comportamento seja considerado homoerótico”<sup>95</sup>.

Apesar do controle estatal e familiar, a homossexualidade não era algo que poderia ser controlada por uma força superior. Ao chegar à adolescência, a maior parte dos indivíduos passa por uma fase de experimentação sexual, seja por meio de masturbação ou pela própria relação sexual. Devido a isso, a homossexualidade está relacionada à essa fase de experimentação, pois ultrapassa qualquer influência que a família ou o Estado possa exercer. Assim sendo, “os médicos do século XIX desencorajam abertamente as amizades da adolescência, fase de transição, que deveria ser protegida”<sup>96</sup>. Apesar disso, mesmo que o Estado, a família e a Medicina desestimulem, vigiem e até mesmo condenem a relação entre pessoas do mesmo sexo, a homossexualidade vai além do querer do outro, é algo intrínseco ao ser.

Como se pode perceber, a homossexualidade foi vista de diversas maneiras ao longo do tempo, mas não se pode dizer que ela foi de fato compreendida. Entre seus períodos de normalidade e abominação, é difícil estabelecer com precisão como ela era vista internacionalmente, uma vez que há uma gama enorme de visões e que muitas vezes foram invisibilizadas em seu período histórico.

No mundo contemporâneo, é esperado que depois de tantas pesquisas e informações disponíveis para consulta pública, a população mundial compreendesse que a comunidade LGBTQI necessita seus direitos tanto quanto qualquer outro ser humano. Porém, enquanto algumas nações vêem o estabelecimento de leis de proteção LGBTQI como um avanço no desenvolvimento da sociedade, outras ainda enxergam como uma algo fora do normal. Posteriormente

---

<sup>95</sup> Ibid, p. 91.

<sup>96</sup> Ibid.

neste trabalho será exposto como a sociedade contemporânea lida com as questões LGBTQI e o que tem sido feito para conscientizar e legitimar essas causas.

## 2.2 O movimento LGBTQI

O movimento LGBTQI é um movimento social composto por membros da comunidade LGBTQI e simpatizantes que, resumidamente, lutam pelos direitos desta comunidade. Este tópico trará algumas características importantes deste movimento social, sua história e algumas de suas demandas.

### 2.2.1. A revolta de Stonewall

Por volta da 1h da manhã da sexta-feira, 28 de junho de 1969, oito policiais adentraram o bar *gay Stonewall Inn*, localizado em uma área residencial de Nova Iorque denominada *Greenwich Village*, e fizeram uma batida levando pessoas que estavam sem identidade e que se vestiam com roupas do sexo oposto. Nesta época, era comum haver esse tipo de comportamento policial para com LGBTQIs, portanto, para evitar problemas maiores, os frequentadores do *Stonewall Inn* e de outros bares gay da cidade não costumavam reagir aos abusos policiais.<sup>97</sup>

Entretanto, neste dia 28 foi diferente. Cansados de serem tratados desta maneira, os frequentadores do *Stonewall Inn* se revoltaram contra a violência policial e começaram a gritar e agir violentamente em reprovação às atitudes policiais. Como o bar se localizava em uma rua muito movimentada, rapidamente, transeuntes e clientes de outros bares da região começaram a se manifestar contra os policiais. Os arredores do *Stonewall Inn* se encheram de protestantes que reagiam com violência contra as atitudes discriminatórias dos policiais.<sup>98</sup>

Os oito policiais esvaziaram o bar e entraram para se protegerem da revolta que ocorria. Fecharam as portas e janelas, mas nada disso foi suficiente. Os

---

<sup>97</sup> MILLER, Neil. Stonewall and the birth of gay and lesbian liberation. In: MILLER, Neil. **Out of the past: Gay and lesbian history from 1869 to the present.** Vintage Books, 2006. pp. 288-289.

<sup>98</sup> DUBERMAN, Martin. **Stonewall.** Nova Iorque: Plume, 1993.

LGBTQIs buscaram objetos que pudessem ajudá-los a arrombar a porta do bar e quebrar as janelas. Jogaram pelas janelas o líquido contido em isqueiros e fósforos acesos, o que gerou um incêndio. Vendo a situação fora de controle, os policiais chamaram reforços.<sup>99</sup>

À medida que os carros de polícia foram chegando para ajudar os oito policiais que se encontravam sem saída dentro do *Stonewall Inn* em chamas, a multidão parecia se dispersar. A partir daquele momento, os policiais começaram a achar que a situação estava sob controle, entretanto, de maneira veloz, a multidão se juntou em fúria para cercar os policiais que chegaram e impedir que eles se defendessem.<sup>100</sup> Os LGBTQIs começaram a jogar sapatos de salto alto, pedras e coquetéis *molotov* enquanto gritavam em coro:

*“We are the Stonewall girls  
We wear our hair in curls  
We wear no underwear  
We show our pubic hair...  
We wear our dungarees  
Above our nelly knees!”<sup>101</sup>*

Finalmente os policiais conseguiram ordenar a revolta. Naquela noite, treze pessoas foram presas. Sábado, noite posterior, os policiais retornaram à Rua Christopher, local onde se localiza o *Stonewall Inn*. Ainda revoltados com o que ocorreu na noite anterior, os manifestantes também voltaram, desta vez com cartazes com os seguintes dizeres “Eles invadiram nossos direitos! Legalizem bares *gay*! Apoiem o poder *gay*!”<sup>102</sup> e gritando “Poder *gay*!; A Rua Christopher pertence às *queens*!”<sup>103</sup>. Os manifestantes novamente jogaram pedras e coquetéis *molotov* e os policiais reagiram com violência e os atacaram com cassetetes por duas vezes.

---

<sup>99</sup> MILLER, Neil. Stonewall and the birth of gay and lesbian liberation. In: MILLER, Neil. **Out of the past: Gay and lesbian history from 1869 to the present.** Vintage Books, 2006. pp. 288-289.

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> Tradução nossa “Nós somos as garotas de Stonewall/Nós usamos cabelo cacheado/Não usamos roupa íntima/Mostramos os nossos pelos pubianos.../Nós usamos nossos *dungarees* (tipo de tecido)/Acima de nossos joelhos afeminados”. DUBERMAN, Martin. **op.cit.**, p. 201.

<sup>102</sup> Tradução nossa de “*They invaded our rights; Legalize gay bars; Support gay power*”. MILLER, Neil. Stonewall and the birth of gay and lesbian liberation. In: MILLER, Neil. **Out of the past: Gay and lesbian history from 1869 to the present.** Vintage Books, 2006. pp. 288-289. p. 289.

<sup>103</sup> Tradução nossa de “*Gay Power; The Christopher Street belongs to the queens*”. Ibid, p. 289.

Naquele momento, a revolta deixou de ter somente características pessoais e passou a ter um cunho político.<sup>104</sup>

Na noite de domingo a revolta se acalmou. Os funcionários do *Stonewall Inn* o limpam e removeram os destroços. O bar estava aberto de novo. Em apenas três dias a história dos LGBTQIs mudou por completo, pois foi dividida em pré e pós-*Stonewall*. Assim sendo, esta revolta pode ser considerada o nascimento do movimento LGBTQI.<sup>105</sup>

Naquele domingo, o escritor e poeta Allen Ginsberg fez sua primeira visita ao *Stonewall Inn* e disse uma frase que ficou conhecida por toda a história: “Você conhece os caras que eram tão lindos - eles perderam aquele olhar ferido que todos os gays tinham dez anos atrás”<sup>106</sup>

#### 2.2.2. Demandas do movimento LGBTQI

A revolta de *Stonewall Inn* foi o gatilho que deu início às reivindicações do movimento LGBTQI. A partir deste momento, tudo aquilo que se encontrava implícito no pensamento dessa comunidade passou a ser exposto por meio de suas demandas. Assim sendo, esta parte abordará algumas das demandas da comunidade LGBTQI, entretanto, deve-se ter em mente que as demandas expostas aqui não são as únicas e não serão abordadas tão profundamente por falta de tempo e espaço.

Uma das Três Vertentes da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana é os Direitos Humanos. Essa vertente traz à tona o fato de que devem ser respeitados os lados intelectual, físico e espiritual de todos os indivíduos. Apesar disso, a comunidade LGBTQI experiencia em seu dia-a-dia situações discriminatórias e violentas. Desta forma, o movimento LGBTQI surgiu com a revolta de *Stonewall* para mostrar ao mundo que esta comunidade não pode mais ser tratada desta maneira.

---

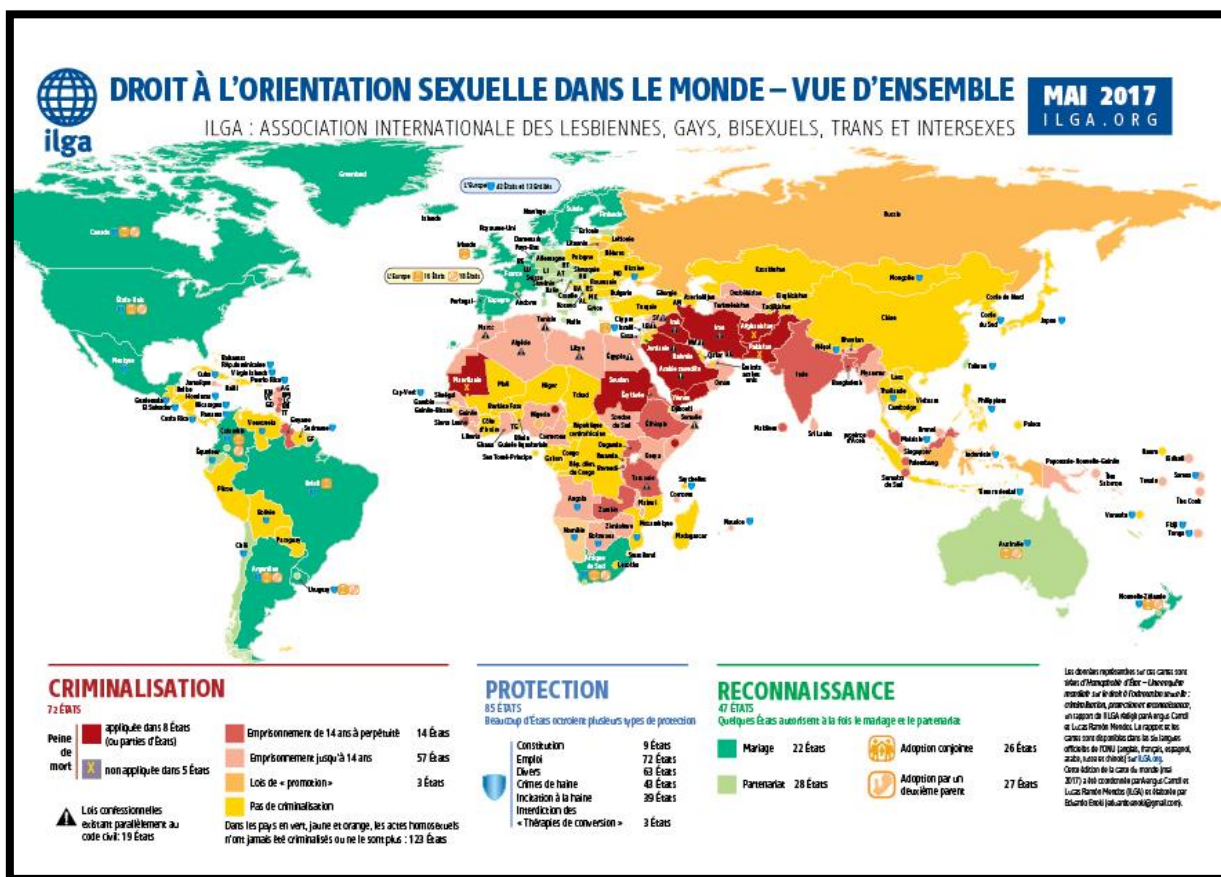
<sup>104</sup> DUBERMAN, Martin. **Stonewall**. Nova Iorque: Plume, 1993.

<sup>105</sup> Ibid.

<sup>106</sup> Tradução nossa de “*You know the guys there were so beautiful - they've lost that wounded look that fags all had ten years ago*”. MILLER, Neil. **op.cit.**, p. 289.

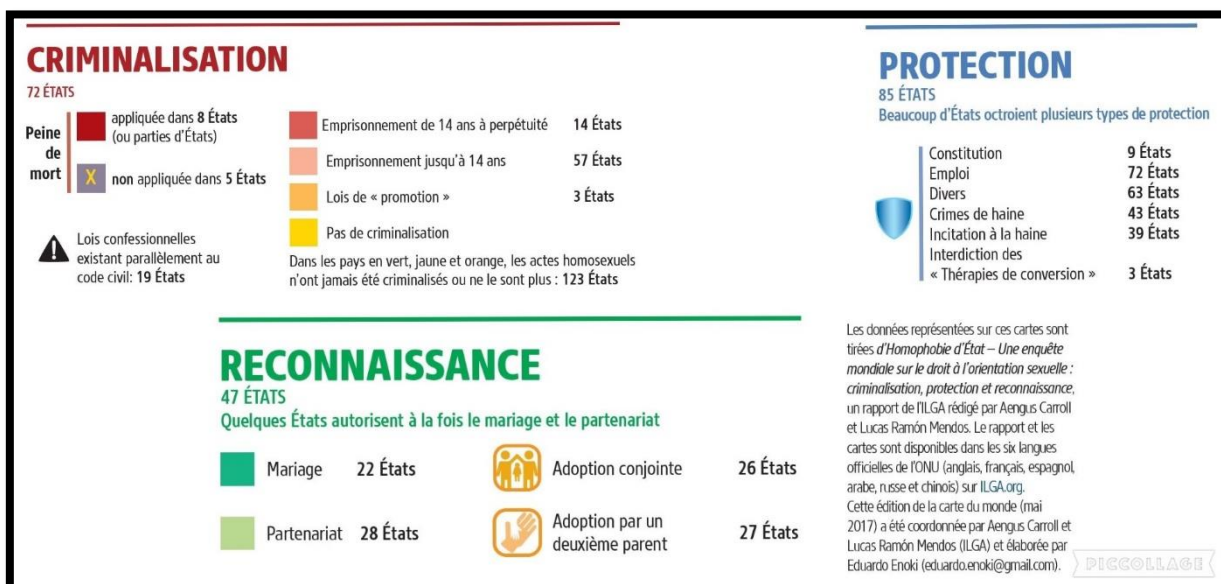


Figura 6: Direito à orientação sexual pelo mundo – visão geral



Fonte: ILGA. Maps: Sexual orientation laws. Disponível em <http://ilga.org/what-we-do/maps-sexual-orientation-laws/#maps>. Acesso em: 17 set 2017.

Figura 7: Ampliação de legenda da Figura 6



**Fonte:** Adaptação nossa de ILGA. **Maps:** Sexual orientation laws. Disponível em <http://ilga.org/what-we-do/maps-sexual-orientation-laws/#maps>. Acesso em: 17 set 2017.

Como pode ser observado na figura acima, ainda há muitos países que não têm leis de proteção, que criminalizam e que não reconhecem o casamento e adoção. Segundo os dados do mapa, 72 países criminalizam a orientação sexual “fora do padrão” e dentre eles, 8 utilizam a pena de morte. Em contrapartida, apenas 47 reconhecem esse tipo de relação e 85 possuem leis de proteção. Levando em consideração que a ONU possui 193 membros<sup>107</sup>, é um número pequeno, mas muito significativo.

Segundo a organização<sup>108</sup>, ainda não há uma legislação internacional efetiva que consiga proteger os LGBTQIs das violências sofridas. Em seus relatórios e pesquisas, é possível perceber que muitos países ainda deixam impunes aqueles que cometem esse tipo de atitude. Assim sendo, uma das muitas demandas do movimento LGBTQI é a parte jurídica.

Fazer com que legislações desse tipo sejam feitas é importante, pois dá maior notoriedade e reconhecimento à causa LGBTQI. Seus membros pedem que seus governos criem legislações de inclusão, proteção e que punam os que discriminam por causa de gênero ou orientação sexual.<sup>109</sup>

Uma outra demanda do movimento LGBTQI é a questão da saúde. Muitos indivíduos têm atendimento médico-hospitalar negado por não terem a orientação sexual “padrão”. Muitos sofrem de depressão e/ou outras doenças psicológicas, mas não conseguem tratamento e, se conseguem, recebem medidas relacionadas a uma suposta “cura gay”<sup>110</sup>. Também há o fator relacionado a cirurgias

<sup>107</sup> NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Membros da ONU.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros2> Acesso em: 26 set 2017.

<sup>108</sup> UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General (A/HRC/29/23).** Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23). Acesso em: 17 set 2017.

<sup>109</sup> GIRARDI, Viviane. **Famílias contemporâneas, filiação e afeto:** A possibilidade jurídica da adoção por homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

<sup>110</sup> ILGA. **World Health Day:** let's talk about depression among trans and gender diverse people. Disponível em: <http://ilga.org/world-health-day-lets-talk-about-depression-among-trans-and-gender-diverse-people/>. Acesso em: 17 set 2017.

de mudança de sexo que muitos não conseguem fazer em hospitais comuns e buscam meios alternativos que põem suas saúdes em risco. Esse tipo de problema deve ser combatido, pois a comunidade LGBTQI também deveria fazer parte das políticas de saúde pública.<sup>111</sup>

Há ainda outro fator extremamente importante para as demandas LGBTQI. Devido à grande quantidade de países no mundo, a cultura é um ponto que se diversifica mais ainda. Religião, costumes, educação, modo de se vestir, tudo isso está atrelado à aceitação ou não dos LGBTQIs. As religiões que pregam a segregação de pessoas com orientação sexual “fora do padrão” acabam levando muitos indivíduos a cometerem ações extremistas contra os gays e a proliferarem discursos discriminatórios. Entretanto, quando se demonstram receptivas a qualquer indivíduo, seja qual for seu gênero e orientação sexual, ajudam muitos religiosos a terem um comportamento mais aberto em relação à diversidade.<sup>112</sup>

A educação nas escolas também precisa ser revista, pois em muitos países ainda há ensinamentos que levam as crianças e adolescentes a desenvolverem insensibilidade e intolerância quanto as diferenças. Deve-se ter em mente que “[...] a educação voltada para os direitos humanos só tem sentido se preparar o educando para desafiar, questionar a realidade, e não recebê-la como algo posto e definitivo”.<sup>113</sup> Compreender as questões sociais de maneira teórica é papel das universidades, executar as práticas é uma ação conjunta entre o governo e a sociedade civil. Assim sendo, todos têm um papel a exercer para se atingir as demandas do movimento LGBTQI.

Para ganhar uma maior visibilidade, o movimento LGBTQI tem se aliado a outros movimentos (associativismo localizado e setorizado) e assim, conseguiu atingir novos públicos, como por exemplo, os movimentos feminista, negro e

---

<sup>111</sup> CARDOSO, Michelle. FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, pp. 552-563, 2012.

<sup>112</sup> ILGA. **Shedding light on challenges of LGBTI acceptance in diverse cultures**. Disponível em: <http://ilga.org/shedding-light-on-challenges-of-lgbti-acceptance-in-diverse-cultures/>. Acesso em 17 set 2017.

<sup>113</sup> GORSODORF, Leandro. MOTTER, Adriana. CECHINEL, Vinicius. **Políticas Públicas LGBT: a extensão entre o Estado e a Sociedade Civil**, 2014, p. 1. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117287>. Acesso em: 29 jul 2016.

ambientalista. Desta forma, todos se beneficiam, pois, mais pessoas passam a defender uma mesma causa.<sup>114</sup>

As demandas expostas neste tópico estão longe de serem as únicas. Por uma questão de tempo e espaço, foram selecionadas apenas algumas e tratadas de maneira geral. Entretanto, deve ser lembrado que essas demandas são apenas a porta para mais e mais demandas. Mesmo em cada categoria exposta, há questões mais específicas e que se relacionam com outros temas.

Neste ponto deste trabalho monográfico, finda-se a exposição de conteúdo relativo ao tema e se inicia a análise da pergunta científica: como a sociedade civil global influencia no processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI?

---

<sup>114</sup> PRADO, Marco Aurélio. COSTA, Frederico. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: Possibilidades para a luta política. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 685-720, dez 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922011000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 set 2017.

### 3 A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA LGBTQI

Este capítulo – terceiro e último – visa agregar as informações até este ponto expostas e fazer uma análise da atuação da sociedade civil no processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI. Abordará a necessidade de se construir novos discursos baseados no princípio da tolerância, a interferência estatal na vida privada e retomará as estratégias de *advocacy* na construção da agenda LGBTQI por meio de exemplos da atuação em redes.

#### 3.1 A construção de novos discursos e a interferência estatal na vida privada

Primeiramente, faz-se necessário retomar o debate acerca da construção dos discursos iniciado no primeiro capítulo. Segundo Foucault<sup>115</sup>, tudo que conhecemos e tomamos por verdade é resultado da repetição de enunciados. Desta forma, a percepção acerca da orientação sexual é uma construção social.

Como visto no capítulo anterior, a homossexualidade teve seus altos e baixos quando se trata de sua aceitação. É percebido que quando o Estado e a Igreja Católica começaram a regular as relações privadas com o intuito de “eliminar quaisquer oposições aos seus poderes” o modo que as relações homossexuais passaram a ser vistas mudou.<sup>116</sup> Ou seja, a partir do momento que se fez necessário estabelecer determinados discursos para justificar as regulações estatais e da Igreja, as relações “não-tradicionais” ganharam um novo olhar.<sup>117</sup>

Portanto, tendo em vista que as definições e o modo de enxergar os sujeitos e objetos são socialmente construídos e tendo em vista que a comunidade LGBTQI ainda tem muitas demandas que não são ouvidas/atendidas devido ao modo

---

<sup>115</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

<sup>116</sup> ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

<sup>117</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

que os LGBTQIs são enxergados em diferentes países, faz-se necessário estabelecer novos debates acerca da diversidade sexual ao redor do mundo.

Muitas pessoas ainda têm atitudes discriminatórias em relação a indivíduos que não possuem orientação heterossexual por não terem tido contato com discursos diferentes, por não compreenderem que ser *gay* não é doença e por não estarem abertos a “novas” realidades. Aceitar a inexistência de inferioridade social nas relações homossexuais é o primeiro passo para se ter um mundo mais tolerante.

A UNESCO, em sua Declaração de princípios sobre a tolerância, define “tolerância” como:

“A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. Em nenhum caso a tolerância poderia ser invocada para justificar lesões a esses valores fundamentais. A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado.

A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos.

Em consonância ao respeito dos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a respeito. A prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de ser tais como são. Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem”<sup>118</sup>

Como pode ser percebido, a tolerância traz a paz, a compreensão, a harmonia e empatia. A tolerância não é questão de opinião e sim, de respeito. Ao

---

<sup>118</sup> UNESCO. **Declaração de princípios sobre a tolerância**. Art 1º Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ah\\_UKEwidivr76c3WAhUljJAKHQjYBE4QFggtMAE&url=http%3A%2F%2Funesdoc.unesco.org%2Fimage\\_s%2F0013%2F001315%2F131524porb.pdf&usq=AOvVaw38lbKKXfpCxAzAy0u-jtOr](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ah_UKEwidivr76c3WAhUljJAKHQjYBE4QFggtMAE&url=http%3A%2F%2Funesdoc.unesco.org%2Fimage_s%2F0013%2F001315%2F131524porb.pdf&usq=AOvVaw38lbKKXfpCxAzAy0u-jtOr). Acesso em: 28 set 2017.



exercer papel importante na construção de novos discursos, a sociedade civil pode ajudar o mundo a se basear mais em princípios de tolerância.

Ao trazer à tona assuntos poucos debatidos por entes estatais ou que ainda não se encontram devidamente visibilizados no cenário internacional, os membros da sociedade civil global incitam e produzem novos discursos, o que gera diferentes visões acerca do que se conhece como verdade.

Ao analisar os tipos de assuntos que esses ativistas dão prioridade em visibilizar na agenda internacional, é possível perceber que questões relacionadas aos direitos humanos, mais especificamente, a danos físicos a pessoas vulneráveis e/ou inocentes e questões de igualdade legal de oportunidades se destacam por sua frequência.<sup>119</sup>

Devido ao fato de ser mais fácil sensibilizar o mundo com esse tipo de questão, a visibilidade de outros assuntos envolvendo os direitos humanos se tornou mais significativa. Isto pode ser percebido também quando outras questões tomam lugar importante na agenda internacional, pois os ativistas conseguiram relacionar o tema com questões de direitos humanos.

Desta forma, não se pode deixar de notar que a comunidade LGBTQI está inserida diretamente nas questões de maior visibilidade, pois é composta por pessoas em estado de vulnerabilidade por conta de danos físicos sofridos e pela ausência de igualdade legal de oportunidades. Mesmo assim, o debate internacional precisa ser mantido pois ainda não há o respeito aos direitos básicos e a criminalização das relações “fora do padrão” ainda persiste em pelo menos setenta países.<sup>120</sup>

A presença do debate Estado-sociedade civil e organizações internacionais-sociedade civil é extremamente proveitoso, pois traz maior variedade e visibilidade aos temas de *low politics* como os direitos humanos. Assim sendo, quanto

---

<sup>119</sup> KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>120</sup> UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Saiba mais:** Criminalização. Disponível em: <<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Criminilization-PT.pdf>>. Acesso em: 07 set 2017.

maior a abertura que a sociedade civil organizada tem para adentrar nesse espaço, maior é a efetividade de temas sociais.

Esse debate internacional consegue (in)formar muitas pessoas ao redor do mundo sobre o que é fazer parte da comunidade LGBTQI e não ter seus direitos respeitados, portanto, é imprescindível que haja essa presença. É importante ressaltar também que não basta repetir discursos já prontos. Faz-se necessário haver uma mudança na base do problema.

Trabalhar e debater os assuntos da agenda LGBTQI deve ser normalizado no mundo e, principalmente nas escolas e no ambiente familiar, pois são nesses lugares que a formação educacional dos indivíduos começa.<sup>121</sup> É necessário rever os discursos passados dentro desses ambientes, pois se for criado um ambiente de negatividade e intolerância, a probabilidade de as crianças crescerem e se tornarem adultos pouco abertos a questão da sexualidade “fora do padrão” é grande.

Desta forma, a ONU tem se preocupado cada vez mais com a questão da agenda LGBTQI e tem se manifestado contra países que mantêm políticas discriminatórias e que não têm leis de proteção a essa comunidade. Assim sendo, são recomendadas quatro medidas que visam trazer à tona um ambiente internacional mais saudável e livre de discriminação:

1. “Revogar leis que criminalizam relações privadas e consensuais de pessoas do mesmo sexo e outras leis utilizadas para punir indivíduos com base em sua orientação sexual e identidade de gênero em violação às normas internacionais de direitos humanos.
2. Liberar quaisquer indivíduos atualmente presos por terem relações privadas e consensuais com pessoas do mesmo sexo.
3. Quando for pertinente, reformar as leis sobre a idade na qual as pessoas podem fazer sexo para que esta idade seja igual para pessoas que querem fazer sexo consensual com pessoas do mesmo sexo e ou de diferente sexo.

---

<sup>121</sup> GORS DORF, Leandro. MOTTER, Adriana. CECHINEL, Vinicius. **Políticas Públicas LGBT: a extensão entre o Estado e a Sociedade Civil**, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117287>. Acesso em: 29 jul 2016.



4. Certificar-se que os indivíduos não sejam submetidos a exames físicos degradantes para determinar sua orientação sexual.”<sup>122</sup>

Como pode ser percebido nas medidas recomendadas pela ONU, elas têm um caráter que visa acabar com a interferência estatal nas relações sexuais privadas, o que remete ao que Foucault menciona. Desde o século XVII, os Estados vêm tentando controlar o ambiente privado dos indivíduos, o que gera repressão às liberdades.<sup>123</sup>

Cabe aqui compreender que a presença estatal nas questões que envolvem a comunidade LGBTQI não deve ter a característica de controlar e sim de legitimar. Ou seja, não adianta o Estado criar leis se elas são proibitivas ao invés de protetivas; não adianta o Estado incentivar a educação se ela estiver ligada a discursos de intolerância e; não adianta o Estado dar benefícios a maioria de sua população enquanto as minorias estão à margem da sociedade.

Se feito desta forma, a interferência do Estado na vida privada não influencia positivamente o processo de aceitação e legitimação do movimento LGBTQI. Assim sendo, a sociedade civil deve trabalhar em conjunto com organizações internacionais para criar a consciência nos entes estatais de que sua interferência, como mencionado anteriormente, deve ser por meio da legitimação de direitos e não do controle.

### 3.2 A influência das redes transnacionais de *advocacy* na construção da agenda LGBTQI

Levando em consideração o debate sobre a interferência do Estado na vida privada dos indivíduos, foi trazido à tona a importância da relação que a sociedade civil tem com as organizações internacionais e os entes estatais, assim sendo, este tópico busca abordar como as redes transnacionais de *advocacy* influenciam a construção da agenda LGBTQI.

---

<sup>122</sup> UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Saiba mais:** Criminalização. Disponível em: <<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Criminilization-PT.pdf>>. Acesso em: 07 set 2017.

<sup>123</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

As redes transnacionais de *advocacy* giram em torno de seus valores e da defesa de seus interesses. Deste modo, não se pode deixar de notar que “o sucesso na política de influência depende da força e densidade da rede e, de sua capacidade de obter alavancagem”<sup>124</sup>. Portanto, utilizam da mídia, de debates em organizações internacionais e da presença em ONGs e movimentos sociais para influenciar os tomadores de decisão a falarem a favor de seus interesses e por fim, mudarem o comportamento dos Estados acerca de determinado assunto.

Não se pode deixar de notar que o foco dessas redes não é só persuadir um determinado Estado a criar uma legislação específica. Isto pode ser percebido pelo simples fato de uma mudança política nem sempre vir acompanhada de uma mudança de comportamento por parte do Estado em questão. Para atingir o patamar ideal de mudança de comportamento, os Estados precisam se sentir constrangidos de suas ações – ou da falta delas - no cenário internacional.

Os membros das redes de *advocacy* buscam diminuir o espaço presente entre o que foi dito e o que foi feito. Ao pressionarem países a cumprirem com o que disseram sobre um determinado assunto, acabam também pressionando aqueles Estados que nunca se pronunciaram ou tomaram alguma atitude sobre uma questão importante. Assim sendo, os ativistas buscam influenciar o máximo de atores internacionais possível, pois só assim poderão garantir que seus interesses sejam de fato cumpridos.<sup>125</sup>

Cabe aqui também adentrar quais são os diferentes tipos de atores que fazem parte do processo de representação e legitimação das redes. O primeiro tipo de ator é o agente, indivíduo escolhido por meio de eleições para representar pessoas; o segundo é o *advocate*, indivíduo que tem a sua representatividade legitimada por causa de sua identificação com situações vividas por outros indivíduos, representa discursos e ideias e; por fim, mas não menos importante, há o partícipe que, basicamente, exerce trabalho semelhante ao dos *advocates*, mas ao invés de ser representado por um indivíduo, é representado por uma organização da sociedade

---

<sup>124</sup> Tradução nossa de “Success in influencing policy depends on the strength and density of the network, and its ability to achieve leverage”. KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics**, p. 98. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

<sup>125</sup> Ibid.

civil que toma a frente em conselhos e/ou fóruns para discutir temas e experiências vividas por seus integrantes.<sup>126</sup>

Esses atores possuem características individuais e coletivas. É por meio dessas características que se juntam para defenderem seus interesses. Mas, deve ser lembrado que, cada indivíduo apresenta diferentes visões sobre um determinado assunto devido ao fato de seu gênero, idade, etnia e local de nascimento influenciarem a formação dessas ideias.<sup>127</sup> Devido a isso, devem buscar compreender de onde surgiram esses discursos e tentar extrair das construções sociais o que pode ser usado para atingir os objetivos de interesse da maneira mais adequada.

Também não se pode deixar de lado que ao se comunicar com outros indivíduos diferentes, essas pessoas começam a criar uma certa afinidade capaz de gerar uma identidade coletiva. Desta forma, abrem margem para um diálogo produtivo. Apesar desse diálogo apresentar momentos de conflito, eles são necessários para empoderar as lutas referentes à esfera pública. Assim sendo, os movimentos sociais conseguem passar “da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural”.<sup>128</sup>

Retomando a observação da Figura 1 (p. 22) exposta no primeiro capítulo deste trabalho monográfico, parte da análise será feita com base nela. Por meio do associativismo localizado e setorizado, os movimentos locais se juntam com outros tipos de associações civis e dão origem a redes de redes. Desta forma, conseguem atingir uma outra parte da esfera pública – os fóruns - utilizando seus *advocates*.

Observando o lado esquerdo da figura, pode ser observado que as ONGs e o Terceiro Setor fazem um caminho semelhante. Vão se associando para dar origem a uma associação de ONGs e, por meio dos partícipes, conseguem influenciar o debate nos fóruns.

---

<sup>126</sup> AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007 apud MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

<sup>127</sup> GIACOMONI, Marcello. VARGAS, Anderson. Foucault, a arqueologia do saber e a formação do discurso. **Análise do Discurso**, Juiz de Fora, pp. 119-129, 2011.

<sup>128</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006, p. 116.

O que ocorre no cenário internacional e que pode ser compreendido por meio da análise da figura mencionada é que os indivíduos de pouca influência começam a se juntar em redes, formando redes de redes para conseguir atingir espaços importantes da esfera pública. Desta forma, conseguem atingir as agências financiadoras que estão representadas por um triângulo “fora” da rede de movimento social.

Essas agências financiadoras são a chave para que os atores de *lobby* consigam atingir os interesses pelos quais advogam pois, juntamente com o lado financeiro, vem também a relação com atores poderosos que acaba revelando atores menores a uma parte mais significativa da esfera pública.

Como exposto no capítulo 1, esses atores de *lobby* utilizam de certas estratégias para atingir seus objetivos, são elas: políticas de informação, políticas simbólicas, políticas de alavancagem e políticas de responsabilização.

Essas estratégias são muito efetivas quando utilizadas de forma conjunta. Tanto a sociedade civil quanto organizações internacionais podem utilizar dessas estratégias. A *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA) é um exemplo disso. Ela é uma das maiores associações de *lobby* LGBTQI do mundo e com o apoio prestado pelos Estados, por blocos como a União Europeia e pela própria ONU conseguiu atingir áreas importantes do globo e dispersar seus estudos e campanhas.<sup>129</sup> É por meio desse tipo de apoio – mas não exclusivamente - que o movimento LGBTQI consegue dar notoriedade a sua agenda no cenário internacional.

Desde 1978 a ILGA promove conferências anuais para debater a utilização dessas estratégias e buscar meios de fazer com que as demandas da comunidade LGBTQI sejam atendidas. Seus ativistas trabalham na produção de um relatório anual com dados estatísticos acerca do tema LGBTQI além de campanhas como a *Gender Identity and Gender Expression Program* que promovem a conscientização pela causa.<sup>130</sup>

Assim sendo, fica clara a utilização das estratégias debatidas neste trabalho monográfico. A ILGA utiliza de políticas de informação e responsabilização

---

<sup>129</sup> ILGA. Disponível em: <http://ilga.org/>. Acesso em: 23 set 2017.

<sup>130</sup> Id. **What we do**. Disponível em: <http://ilga.org/what-we-do/>. Acesso em: 29 set 2017.

quando elabora relatórios anuais com estatísticas; das políticas simbólicas quando promove campanhas de conscientização em suas redes sociais e das políticas de alavancagem quando faz lobby dentro dos comitês da ONU para ganhar votos a favor da proteção dos LGBTQIs. Como pode ser percebido, as estratégias não funcionam de maneira individual, pois uma mesma ação pode ser fruto de mais de um tipo de atuação.

A ONU, com o apoio de membros da sociedade civil, promove a campanha “Livres & Iguais”,

“uma campanha inédita e global [...] para promover a igualdade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Projeto ACNUDH, implementado em parceria com a Fundação *Purpose*, “Livres & Iguais” tem por objetivo aumentar a conscientização sobre a violência e a discriminação homofóbica e transfóbica e promover um maior respeito pelos direitos das pessoas LGBT, em todos os lugares do mundo”.<sup>131</sup>

Por meio desta campanha, a ONU consegue atingir partes influentes da sociedade civil, que acaba contribuindo estrategicamente para que as demandas da comunidade LGBTQI sejam ouvidas/atendidas. Os membros da sociedade civil participam de vídeos de testemunho que são disponibilizados tanto no site das Nações Unidas quanto nas redes sociais (políticas de informação e simbólicas).

Além disso, a sociedade civil pode usar publicações como a “Nascidos livre e iguais”<sup>132</sup>, livro feito pela ONU para incentivar que a sociedade civil denuncie Estados que não estejam cumprindo com os direitos humanos da comunidade LGBTQI, mas também serve para uso estatal, para que os países compreendam melhor as questões pelas quais os LGBTQIs têm que lidar no seu dia-a-dia. (políticas de informação e responsabilização).

Também há certas iniciativas provenientes da própria sociedade civil como reuniões para debater estratégias de atuação e alcance de sua influência<sup>133</sup>,

<sup>131</sup> NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Livres & Iguais**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/livreseiguais/>. Acesso em: 30 set 2017.

<sup>132</sup> UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Nascidos livres e iguais**: Orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de Direitos Humanos. Disponível em: [https://nacoesunidas.org/img/2013/03/nascidos\\_livres\\_e\\_iguais.pdf](https://nacoesunidas.org/img/2013/03/nascidos_livres_e_iguais.pdf). Acesso em: 30 set 2017.

<sup>133</sup> OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL. **Retrocessos da agenda de gênero na educação serão discutidos em seminário de sociedade civil**. Disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2016/04/26/retrocessos-da-agenda-de-genero-na-educacao-serao-discutidos-em-seminario-de-sociedade-civil/>. Acesso em: 30 set 2017.

criação de abrigos para acolher LGBTQIs que moram na rua por terem sido expulsos de casa – como *The Ali Forney Center*<sup>134</sup> e o abrigo para mulheres trans em São Paulo<sup>135</sup> -, “*facebookação e twittaço*” como formas de visibilizar a insatisfação da sociedade civil com relação a projetos de lei anti-LGBTQIs<sup>136</sup> e atitudes discriminatórias na área da saúde.<sup>137</sup>

Por fim, pode-se perceber que a sociedade civil, por meio das redes transnacionais de *advocacy*, exercem um papel importante no processo de construção de uma agenda internacional em prol de questões de direitos humanos, mas principalmente, dos interesses dos direitos da comunidade LGBTQI. Ao criar uma agenda, os ativistas dão notoriedade a causas que, muitas vezes, estão à margem do debate internacional, mas que precisam de providências imediatas. É por meio dessa influência que conseguem defender seus interesses, fazer com que os atores internacionais deem mais atenção ao tema e conseguir mudar os discursos pré-estabelecidos com base na intolerância. Assim sendo, a sociedade civil legítima e conscientiza o mundo acerca do movimento LGBTQI.

---

<sup>134</sup> THE ALI FORNEY CENTER. Disponível em: <http://www.aliforneycenter.org/>. Acesso em: 30 set 2017.

<sup>135</sup> OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL. **Cidade de São Paulo terá abrigo para travestis e transexuais até o fim de 2015.** Disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2015/07/08/cidade-de-sao-paulo-tera-abrigo-para-travestis-e-transexuais-ate-o-fim-de-2015/>. Acesso em: 30 set 2017.

<sup>136</sup> Id. **Ativistas se mobilizam nas redes contra estatuto da família.** Disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2015/02/24/ativistas-se-mobilizam-nas-redes-contra-estatuto-da-familia/>. Acesso em: 30 set 2017.

<sup>137</sup> Id. **Coletivos LGBT de comunidades cobram saúde e segurança.** Disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2014/12/11/coletivos-lgbt-de-comunidades-cobram-saude-e-seguranca/>. Acesso em: 30 set 2017.

## CONCLUSÃO

Tendo chegado ao fim deste trabalho monográfico, também se chega a determinadas conclusões e desdobramentos. Entretanto, deve ser levado em conta que o debate acerca do tema não foi esgotado. Ainda há muito o que se expressar, mas por falta de tempo e espaço ficará para pesquisas futuras.

Foi iniciado o debate por meio da seguinte pergunta científica: como a sociedade civil global influencia no processo de conscientização e legitimação do movimento LGBTQI? A partir deste ponto foi debatido, por meio de uma perspectiva liberal das Relações Internacionais, a formação dos discursos por meio da abordagem foucaultiana e a atuação das redes transnacionais de *advocacy*. Foi passado também por uma parte histórica sobre a sexualidade e o movimento LGBTQI e suas demandas. Assim sendo, foi chegado a certas conclusões.

Além dos vários problemas enfrentados pela comunidade LGBTQI no seu dia-a-dia, o primeiro deles se inicia com a questão da visibilidade. Não se pode ter demandas atendidas se não há visibilidade. O primeiro desafio é trazer à tona a diversidade característica do movimento e enfim começar a criar uma agenda.

A partir do momento que o movimento ganha essa visibilidade, suas identidades devem ser preservadas face ao cenário internacional. Em um ambiente em que os Estados têm muito poder, a sociedade civil busca sua sobrevivência e espaço de importância. Em conjunto com outros atores internacionais, ela ganha e dá notoriedade às demandas das minorias, a sociedade civil as empodera.

A emergência de novas identidades traz à tona a necessidade de dar autonomia a esses indivíduos, de permitir que eles falem por si mesmos. Por meio da atuação em redes transnacionais, a sociedade civil atua em conjunto na criação de novos debates e pressiona para que se dê mais atenção às demandas e ao bom cumprimento dos princípios de direitos humanos.

Quando atua de maneira organizada, a sociedade civil exerce papel importante na dinâmica do cenário internacional. A utilização das estratégias de disputa de interesses – políticas de informação, simbólicas, de alavancagem e de responsabilização – é muito efetiva pois, as redes transnacionais de *advocacy*

conseguem estabelecer a ligação entre os vários atores do cenário internacional e por meio de *lobby* atinge seus objetivos.

As demandas do movimento LGBTQI muitas vezes não são ouvidas por não se ter a compreensão adequada das características da comunidade e da importância de se proteger todos os indivíduos, independentemente da sua orientação sexual e gênero. Assim sendo, faz-se necessário estabelecer novos debates para que a visão acerca da comunidade LGBTQI mude e ela possa ser respeitada como qualquer outro ser humano.

O cenário internacional ainda não se encontra no mais alto patamar de aceitação e proteção da comunidade LGBTQI, mas a partir do momento em que há espaço para o debate, há espaço para a mudança. Pode ser percebido que trazer à tona novos atores internacionais, ou melhor, atores não estatais, muda a dinâmica das relações internacionais. O cenário internacional fica mais diverso e aberto para a realidade de novos debates.

Portanto, conclui-se que a atuação conjunta da sociedade civil global com outros atores internacionais é muito efetiva para o processo de conscientização e legitimação dos direitos LGBTQI. Ela promove o debate e a criação de novos discursos e consegue atingir parte seus objetivos por meio da utilização de estratégias de *advocacy*.



## REFERÊNCIAS

THE ALI FORNEY CENTER. Disponível em: <http://www.aliforneycenter.org/>. Acesso em: 30 set 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders I**. Disponível em: <http://www.turkpsikiyatri.org/arsiv/dsm-1952.pdf>. Acesso em: 17 set 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders II**. Disponível em: <http://www.behaviorismandmentalhealth.com/wp-content/uploads/2015/08/DSM-II.pdf>. Acesso em: 17 set 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders III**. Disponível em: <http://displus.sk/DSM/subory/dsm3.pdf>. Acesso em: 02 jun 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais V**. Disponível em: <http://blogdapsicologia.com.br/unimar/wp-content/uploads/2015/12/248320024-Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 02 jun 2017.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

BANCO DE SAÚDE. **CID 10 F 64.0 – Transexualismo**. Disponível em: <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/640/transexualismo>. Acesso em: 15 maio 2017.

BOSWELL, John. **Cristianismo, Tolerancia Social y Homosexualidad**: Los gays en Europa occidental desde el comienzo de la Era Cristiana hasta el siglo XIV. Biblioteca Atajos I. Muchnik Editores AS. Barcelona: 1998

CARDOSO, Michelle. FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, pp. 552-563, 2012.

DUBERMAN, Martin. **Stonewall**. Nova Iorque: Plume, 1993.

FOLHA DE S. PAULO. **Foto de menino refugiado morto na praia atrai atenção para crise.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1677028-foto-de-menino-refugiado-morto-na-praia-atrai-atencao-para-crise.shtml> Acesso em: 24 ago 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 1979

GIACOMONI, Marcello. VARGAS, Anderson. Foucault, a arqueologia do saber e a formação do discurso. **Análise do Discurso**, Juiz de Fora, pp. 119-129, 2011.

GIRARDI, Viviane. **Famílias contemporâneas, filiação e afeto: A possibilidade jurídica da adoção por homossexuais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GORSDORF, Leandro. MOTTER, Adriana. CECHINEL, Vinicius. **Políticas Públicas LGBT: a extensão entre o Estado e a Sociedade Civil**, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117287>. Acesso em: 29 jul 2016.

HUFFPOST. **4 coisas que você precisa saber sobre a Parada de Orgulho LGBT de São Paulo deste ano.** Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/29/4-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-parada-do-orgulho-lgbt-d-a-21684420/>. Acesso em: 01 set 2017.

HUNT, Lynn. **The family romance of the French Revolution.** Berkeley: University of California Press, 1993

ILGA. Disponível em: <http://ilga.org/>. Acesso em: 23 set 2017.

\_\_\_\_\_. **Shedding light on challenges of LGBTI acceptance in diverse cultures.** Disponível em: <http://ilga.org/shedding-light-on-challenges-of-lgbti-acceptance-in-diverse-cultures/>. Acesso em 17 set 2017.

\_\_\_\_\_. **What we do.** Disponível em: <http://ilga.org/what-we-do/> Acesso em: 29 set 2017.

\_\_\_\_\_. **World Health Day:** let's talk about depression among trans and gender diverse people. Disponível em: <http://ilga.org/world-health-day-lets-talk-about-depression-among-trans-and-gender-diverse-people/>. Acesso em: 17 set 2017.

KECK, Margaret. SIKKINK, Kathryn. **Transnational networks in international and regional politics.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Margaret\\_Keck/publication/229777931\\_Transnational\\_Advocacy\\_Networks\\_in\\_International\\_and\\_Regional\\_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Margaret_Keck/publication/229777931_Transnational_Advocacy_Networks_in_International_and_Regional_Politics/links/5458f0170cf26d5090acfa2a/Transnational-Advocacy-Networks-in-International-and-Regional-Politics.pdf) Acesso em: 19 ago 2017.

LEITE Jr., Jorge. **“Nossos corpos também mudam”:** Sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LONGMAN DICTIONARY OF CONTEMPORARY ENGLISH, 2009.

MIGUEL, Luís Felipe. Representação democrática: Autonomia e interesse ou identidade e *advocacy*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, pp. 25-63, 2011.

MILLER, Neil. Stonewall and the birth of gay and lesbian liberation. In: MILLER, Neil. **Out of the past:** Gay and lesbian history from 1869 to the present. Vintage Books, 2006. pp. 288-289.

MONEY, John. EHRHARDT, Anke. **Man and woman, boy and girl:** The differentiation and dimorphism of gender identity from conception to maturity. Baltimore: John Hopkins Press, 1972.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ACNUDH:** Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/acnuhd/>. Acesso em: 20 fev 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 29 jul 2016.

\_\_\_\_\_. **Livres & Iguais.** Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/campanha/livreseiguais/>. Acesso em: 30 set 2017.

\_\_\_\_\_. **Membros da ONU.** Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros2> Acesso em:  
26 set 2017.

\_\_\_\_\_. **O que são os direitos humanos?** Disponível em:  
<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/> Acesso em: 24 ago 2017.

NEW TACTICS ON HUMAN RIGHTS. **Using shadow reports for advocacy.**  
Disponível em: <https://www.newtactics.org/using-shadow-reports-advocacy/using-shadow-reports-advocacy>. Acesso em 26 set 2017.

OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL. **Ativistas se mobilizam nas redes contra estatuto da família.** Disponível em:  
<https://observatoriosc.wordpress.com/2015/02/24/ativistas-se-mobilizam-nas-redes-contra-estatuto-da-familia/>. Acesso em: 30 set 2017.

\_\_\_\_\_. **Cidade de São Paulo terá abrigo para travestis e transexuais até o fim de 2015.** Disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2015/07/08/cidade-de-sao-paulo-tera-abrigo-para-travestis-e-transexuais-ate-o-fim-de-2015/>. Acesso em: 30 set 2017.

\_\_\_\_\_. **Coletivos LGBT de comunidades cobram saúde e segurança.**  
Disponível em: <https://observatoriosc.wordpress.com/2014/12/11/coletivos-lgbt-de-comunidades-cobram-saude-e-seguranca/>. Acesso em: 30 set 2017.

\_\_\_\_\_. **Retrocessos da agenda de gênero na educação serão discutidos em seminário de sociedade civil.** Disponível em:  
<https://observatoriosc.wordpress.com/2016/04/26/retrocessos-da-agenda-de-genero-na-educacao-serao-discutidos-em-seminario-de-sociedade-civil/>. Acesso em: 30 set 2017.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri de; GROSSI, Miriam Pillar. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 699-701, ago. 2014. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000200025&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000200025&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 jul 2017.

ONU MULHERES. **Sobre a ONU Mulheres**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em 20 fev 2017.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

\_\_\_\_\_. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, pp. 477-509, out 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 set 2017.

PALAZZANI, Laura. From Gender to Queer. In: **Gender in Philosophy and Law**. Roma: 2012. pp. 35-58.

PRADO, Marco Aurélio. COSTA, Frederico. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: Possibilidades para a luta política. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 685-720, dez 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922011000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 set 2017.

PRATA FILHO, Ricardo. **Redes transnacionais de combate à homofobia: uma comparação entre o caso da Rússia e a lei de “propaganda gay” e o caso da Califórnia e a emenda constitucional Proposition 8**. 2015. 93f. Monografia (Bacharelado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

**Princípios de Yogyakarta:** Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 08 abr 2017.

RESENDE, Crislaine Débora Souza. **Homossexualidade e Homoafetividade: o caminho percorrido para a conquista de seus direitos**. 2012. 57 f. Monografia (Bacharelado) – Curso de Direito, Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, pp. 109-130, jan-abr, 2006.

STABILE, Lucas (STABILE, Lua). **A proteção internacional dos direitos humanos de LGBTI's a partir da criminalização da homotranssexualidade em Uganda.** 2016. 79f. Monografia (Bacharelado) – Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2016.

UNESCO. Disponível em: <http://en.unesco.org/>. Acesso em: 30 set 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração de princípios sobre a tolerância.** Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwidivr76c3WAhUIjJAKHQjYBE4QFggtMAE&url=http%3A%2F%2Funesdoc.unesco.org%2Fimages%2F0013%2F001315%2F131524porb.pdf&usq=AOvVaw38lbKKXfpCxAzAy0u-jtOr>. Acesso em: 28 set 2017.

UNFPA BRASIL. Disponível em: <http://unfpa.org.br/novo/> Acesso em: 20 fev 2017.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General (A/HRC/19/41).** Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/HRC/19/41](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/19/41). Acesso em: 28 ago 2017.

\_\_\_\_\_. **Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General (A/HRC/29/23).** Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23). Acesso em: 17 set 2017.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Nascidos livres e iguais:** Orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de Direitos Humanos. Disponível em: [https://nacoesunidas.org/img/2013/03/nascidos\\_livres\\_e\\_iguais.pdf](https://nacoesunidas.org/img/2013/03/nascidos_livres_e_iguais.pdf). Acesso em: 30 set 2017.

\_\_\_\_\_. **Saiba mais:** Criminalização. Disponível em: <<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Criminilization-PT.pdf>>. Acesso em: 07 set 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Violência homofóbica e transfóbica.** Disponível em: <<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Violence-PT.pdf>>. Acesso em 29 jul 2017.

## ANEXO A: ATORES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E SEUS OBJETIVOS

### ACNUDH

A missão do Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) é observar, promover e proteger os direitos humanos em seis países da região: Argentina, Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela.

Para fazer isso, é preciso estabelecer relações de estreita cooperação, assistência técnica e diálogo permanente com os governos, as instituições nacionais de direitos humanos, as organizações da sociedade civil, as equipes dos países e agências da ONU, entre outros. Nós trabalhamos para capacitar esses atores, com o fim de melhorar a promoção e proteção dos direitos humanos, de acordo com as normas internacionais.

As prioridades temáticas do Escritório Regional para América do Sul são:

- Estado de Direito e impunidade;
- Segurança pública e violência;
- Discriminação (todos os tipos), e;
- Pobreza, juntamente com os direitos econômicos, sociais e culturais.

Os principais objetivos do ACNUDH América do Sul são:

- Observar a situação regional de direitos humanos;
- Promover instrumentos universais de direitos humanos;
- Realizar seminários e pesquisas sobre vários temas de direitos humanos;
- Organizar formações no uso de mecanismos de proteção e defesa dos direitos humanos das Nações Unidas e acompanhamento dos seus pareceres e recomendações;

- Promover o conhecimento sobre a Revisão Periódica Universal e seguir suas recomendações;
- Prestar assistência técnica em matéria de harmonização e implementação de compromissos internacionais relativos aos direitos humanos;
- Dar pareceres sobre os Planos e Programas de Ação em Direitos Humanos;
- Proporcionar fóruns de diálogo com a participação da sociedade civil, as instituições nacionais de direitos humanos, a comunidade e a cooperação internacional, dando prioridade às boas práticas;
- Apoiar visitas dos Relatores Especiais e Grupos de Trabalho para os países e a divulgação de suas recomendações;
- Cooperar com outras organizações internacionais ou regionais e intergovernamentais ou não governamentais;
- Cooperar com os Coordenadores Residentes das Nações Unidas e os UNCTs (equipes da ONU no país) sobre direitos humanos;
- Organizar formações sobre a abordagem dos direitos humanos e sua aplicação ao CCA/UNDAF ou os ODM;
- Informar e promover esses objetivos através de comunicados à imprensa, além de artigos, entrevistas, vídeos, boletins informativos e outras publicações.

Entre as ações que estamos fazendo estão:

- Organizar seminários e oficinas sobre a importância de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) e os Princípios de Paris;
- Utilizar os mecanismos para proteger os direitos humanos (com ênfase sobre os direitos dos povos indígenas);
- Organizar formações sobre os novos instrumentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e do recém-aprovado Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- Difundir as boas práticas e desafios dos Estados, as INDH e da sociedade civil para a Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos;



- Implementar a abordagem dos direitos humanos nos programas de planejamento e desenvolvimento, e;
- Divulgar utilizando diferentes estratégias e atividades de informação pública que variam de comunicados à imprensa para eventos, publicações, vídeos e redes sociais.

O representante regional do Alto Comissariado para a América do Sul é o Sr. Amerigo Incalcaterra.

### *The Ali Forney Center*

Nossa missão é proteger os jovens LGBTQ dos danos causados pela falta de moradia e capacitá-los com as ferramentas necessárias para viver de forma independente.

O homem que deu o nome a nossa organização, Ali Forney, era um adolescente que não concordava com seu gênero e fugiu de sua casa aos treze anos. Ele entrou no sistema de acolhimento adotivo, onde “pulou de casa em casa”, onde foi espancado e abusado. Ali acabou morando nas ruas aos 15 anos. Ali se dedicou a ajudar outros jovens e defendeu publicamente a segurança dos jovens LGBT sem-teto. Tragicamente, em dezembro de 1997, Ali foi assassinado no Harlem – levou um tiro na cabeça e largado morto.

Com o compromisso de salvar a vida dos jovens LGBTQ, em 2002, Carl Siciliano fundou o Centro Ali Forney em memória de Ali. Desde o lançamento da AFC com apenas seis camas no porão de igreja, a organização cresceu para se tornar a maior agência dedicada aos jovens sem residência LGBTQ no país, ajudando cerca de 1400 jovens por ano através de um Centro de Recolhimento 24h que oferece mais de 70 mil refeições anualmente, serviços de saúde médica e mental através de uma clínica no local e um programa de habitação.

Nossa missão é oferecer aos jovens LGBTQ habitação e serviços de apoio contínuo para ajudá-los a prosperar e prepará-los para a vida independente. O fundador do Centro Ali Forney, Carl Siciliano, foi nomeado Campeão da Mudança da

Casa Branca pelo presidente Obama, citando o amplo reconhecimento que os programas do centro receberam por sua qualidade e inovação.

## ILGA

A ILGA - Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex é a federação mundial de organizações nacionais e locais dedicadas à igualdade de direitos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais.

A ILGA é uma organização guarda-chuva de mais de 1200 organizações membros, apresentada em seis regiões diferentes: Pan África Ilga, Ilga Ásia, Ilga Europa, ILGALAC (América Latina e Caribe), Ilga América do Norte e Ilga Oceania (Aotearoa / Nova Zelândia, Austrália e Ilhas do Pacífico).

Fundada em 1978, a ILGA goza de *status* consultivo no Conselho ECOSOC da ONU, publica um relatório mundial anual e um mapa sobre legislação que criminaliza ou protege as pessoas com base em sua orientação sexual ou reconhece seus relacionamentos.

Atualmente financiada por vários governos e fundações privadas, a ILGA tem um orçamento de um milhão de euros, oito membros do pessoal com sede na sede em Genebra, três funcionários baseados na África, na América Latina e Caribe e na Ásia.

O objetivo da ILGA é trabalhar pela igualdade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais e sua libertação de todas as formas de discriminação. Buscamos atingir esse objetivo através da cooperação mundial e do apoio mútuo de nossos membros.

Concentramos a atenção do público e do governo em casos de discriminação contra pessoas LGBTI apoiando programas e ações de protesto, afirmando pressão diplomática, fornecendo informações e trabalhando com organizações internacionais e a mídia internacional.

O sucesso da ILGA reside nas conquistas e no progresso de mais de 1200 organizações membros de 132 países trabalhando em conjunto.

Qualquer organização, empresa ou indivíduo interessado em trabalhar pela igualdade de direitos para pessoas LGBTI pode se candidatar para se tornar um membro da ILGA. A cada dois anos, os membros da ILGA se reúnem em uma conferência mundial para orientar seu trabalho. O trabalho da ILGA é determinado pelas regras estabelecidas na Constituição e no Regulamento.

#### ONU Mulheres

Em julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU criou a ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

Ao fazê-lo, os Estados-Membros da ONU deram um passo histórico para acelerar a implementação das metas da Organização sobre a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

A criação da ONU Mulheres surgiu como parte da agenda de reforma das Nações Unidas, reunindo recursos e mandatos para gerar mais impacto. A instituição agrega e constrói sobre o importante trabalho de quatro setores prévios distintos do Sistema das Nações Unidas, que se centravam exclusivamente na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres:

- Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW)
- Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW)
- Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI)
- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)

Principais Funções: Apoiar os organismos intergovernamentais como a Comissão sobre o Status da Mulher na formulação de políticas, padrões e normas

globais, e ajudar os Estados-membros a implementar estas normas, fornecendo apoio técnico e financeiro adequado para os países que o solicitem, bem como estabelecendo parcerias eficazes com a sociedade civil.

Ajudar o Sistema ONU a ser responsável pelos seus próprios compromissos sobre igualdade de gênero, incluindo o acompanhamento regular do progresso do Sistema.

Atendendo às necessidades das mulheres no mundo: Durante muitas décadas, a ONU fez progressos significativos na promoção da igualdade de gênero, nomeadamente através de acordos internacionais, como a Declaração de Pequim e sua Plataforma de Ação e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).

A igualdade de gênero não é apenas um direito humano básico, mas a sua concretização tem enormes implicações socioeconômicas. Empoderar as mulheres impulsiona economias mais prósperas, estimulando a produtividade e o crescimento.

No entanto, as desigualdades de gênero permanecem profundamente arraigadas nas sociedades. Muitas mulheres não têm acesso a um trabalho decente e ainda têm que enfrentar as disparidades salariais ocupacionais de segregação e de gênero. Muitas vezes lhes são negados o acesso à educação básica e saúde. Mulheres em todas as partes do mundo sofrem violência e discriminação. Elas estão sub-representadas nos processos decisórios na política e na economia.

Por muitos anos, a ONU tem enfrentado sérios desafios nos seus esforços para promover a igualdade de gênero no mundo, incluindo financiamento inadequado e nenhuma representação única reconhecida para dirigir as atividades da ONU em questões de igualdade de gênero.

A ONU Mulheres foi criada para resolver tais desafios. A agência é uma instância forte e dinâmica voltada para as mulheres e meninas, proporcionando-lhes uma voz poderosa a nível global, regional e local.

Fundamentada na visão de igualdade consagrada na Carta das Nações Unidas, a ONU Mulheres, entre outras questões, trabalha para:

- A eliminação da discriminação contra as mulheres e meninas;

- O empoderamento das mulheres, e
- A realização da igualdade entre mulheres e homens como parceiros e beneficiários do desenvolvimento, direitos humanos, ação humanitária e paz e segurança

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Com 17 objetivos globais, os Estados-membros aprovaram um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Foram definidas 169 metas globais com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz mundial. As metas para o alcance da igualdade de gênero estão concentradas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e transversalizadas em outros 12 objetivos globais.

Em apoio à Agenda 2030, a ONU Mulheres lançou a iniciativa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, com compromissos concretos assumidos por mais de 90 países. Construir um Planeta 50-50 depende que todas e todos – mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação – trabalhem de maneira determinada, concreta e sistemática para eliminar as desigualdades de gênero.

## UNESCO

A UNESCO é responsável pela coordenação da cooperação internacional em educação, ciência, cultura e comunicação. Fortalece os laços entre nações e sociedades e mobiliza o público em geral para que cada criança e cidadão:

- tenha acesso a uma educação de qualidade; um direito humano básico e um pré-requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável;
- possa crescer e viver em um ambiente cultural rico em diversidade e diálogo, onde o patrimônio serve de ponte entre gerações e povos;
- possa se beneficiar plenamente dos avanços científicos; e
- possa desfrutar de plena liberdade de expressão; a base da democracia, do desenvolvimento e da dignidade humana.

As mensagens da UNESCO são cada vez mais importantes em um mundo globalizado, onde as interconexões e a diversidade devem servir como oportunidades para construir a paz na mente de homens e mulheres.

## UNFPA

O *United Nations Population Fund* (UNFPA) é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais, sendo responsável por ampliar as possibilidades de mulheres e jovens levarem uma vida sexual e reprodutiva saudável. O UNFPA trabalha para acelerar o processo universal à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar voluntário e a maternidade segura; e busca a efetivação dos direitos e oportunidades para as pessoas jovens.

O UNFPA está presente em mais de 150 países, melhorando a vida das pessoas como catalizador de ações e defensor de seus temas. Atuando por meio de aliança e parcerias com governos, outras agências da ONU, sociedade civil e setor privado, o UNFPA faz uma diferença positiva para bilhões de pessoas, especialmente as mais necessitadas.

O UNFPA também ajuda os países a utilizar dados populacionais para antecipar os desafios futuros; oferece assistência técnica que fortalece e empodera seus parceiros; apoia a formulação de políticas e a construção de capacidades nacionais, assegurando que a saúde reprodutiva e os direitos das mulheres e pessoas jovens permaneçam como questões centrais na agenda do desenvolvimento.

O UNFPA está fazendo progresso – menos mulheres estão morrendo ao dar a luz, mais gestações indesejadas estão sendo evitadas e mais jovens estão tendo suas oportunidades expandidas. Mas é necessário ampliar esses esforços para que possamos alcançar um mundo saudável e justo.

O UNFPA é guiado em seu trabalho pelo Programa de Ação aprovado na Conferência Internacional sobre População e desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, Egito, em 1994. Durante a CIPD, 179 Estados-Membros da ONU – inclusive o Brasil – acordaram que a igualdade de gênero e o atendimento às necessidades em

educação e saúde, incluindo saúde reprodutiva, são pré-requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Os principais objetivos do Programa de Ação do Cairo são:

- Acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva até 2015;
- Educação primária universal e eliminação da desigualdade de gênero na educação até 2015;
- Redução em 75% da taxa de mortalidade materna até 2015;
- Redução da mortalidade de crianças menores de um ano;
- Aumento da esperança de vida;
- Redução em 25% da taxa de infecção por HIV até 2010.

O Programa de Ação do Cairo representou uma mudança de paradigma na abordagem global sobre os temas de população e desenvolvimento: se antes eram exclusivamente demográficos, após a CIPD o foco se tornou a promoção dos direitos humanos, com ênfase no exercício dos direitos reprodutivos e na autonomia das escolhas individuais.

Alcançar os objetivos do Programa de Ação da CIPD também é etapa essencial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), conjunto de oito objetivos estabelecidos em 2000 por líderes de todo o mundo a fim de reduzir a extrema pobreza à metade até 2015.

Os dois conjuntos de objetivos, da CIPD e ODM, compartilham o mesmo propósito – conseguir um mundo melhor e mais seguro – a cada conjunto de objetivos tem importância crítica para o sucesso do outro.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – em especial a erradicação da pobreza e da fome; a promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres; e a melhoria da saúde materna – não poderão ser atingidos se as questões relacionadas à população e aos cuidados em saúde reprodutiva não forem enfrentadas com firmeza. Por essa razão, uma nova meta relativa ao acesso universal à saúde reprodutiva até 2015 foi acrescentada aos ODM em 2007.

Os ODM que pautam as ações do UNFPA são:

- 3 – Igualdade entre sexos e valorização da mulher;

- 5 – Melhorar a saúde das gestantes;
- 6 - Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
- 8 – Todo o mundo trabalhando pelo desenvolvimento.